




 Coleção
 Documentos
114

IMPRENSA, LITERATURA E LINGUAGEM: CONEXÕES HISTÓRICAS

CENTRO DE
 LITERATURAS
 E CULTURAS
 LUSÓFONAS
 E EUROPEIAS
CLEPUL
 Faculdade de Letras da
 Universidade de Lisboa

FCT
 Fundação
 para a Ciência
 e a Tecnologia



FRANCISCO DAS NEVES ALVES

IMPrensa, LITERATURA E
LINGUAGEM: CONEXÕES
HISTÓRICAS





Conselho Editorial

Alvaro Santos Simões Junior (Universidade Estadual Paulista – Assis)

António Ventura (Universidade de Lisboa)

Beatriz Weigert (Universidade de Évora)

Carlos Alexandre Baumgarten (PUCRS)

Ernesto Rodrigues (CLEPUL – Universidade de Lisboa)

Francisco Topa (Universidade do Porto)

Gilda Santos (Real Gabinete Português de Leitura)

Isabel Lousada (Universidade Nova de Lisboa)

Isabel Lustosa (Fundação Casa de Rui Barbosa)

João Relvão Caetano (Cátedra Infante Dom Henrique – CIDH)

José Eduardo Franco (CIDH e CLEPUL – Universidade de Lisboa)

Maria Aparecida Ribeiro (Universidade de Coimbra)

Maria Cristina Firmino Santos (Universidade de Évora)

Maria Eunice Moreira (PUCRS)

Tania Regina de Luca (UNESP)

Vania Pinheiro Chaves (CIDH e CLEPUL – Universidade de Lisboa)

Virgínia Camilotti (UNIMEP)

Francisco das Neves Alves

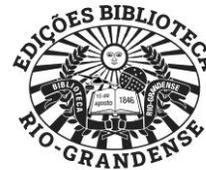
IMPrensa, LITERATURA E LINGUAGEM: CONEXÕES HISTÓRICAS



- 114 -



UIDB/00077/2020



Lisboa / Rio Grande
2025

Ficha Técnica

Título: Imprensa, literatura e linguagem: conexões históricas

Autor: Francisco das Neves Alves

Coleção Documentos, 114

Composição & Paginação: Marcelo França de Oliveira

Capa: Primeira páginas dos periódicos *Violeta*, *Pontos nos ii*, *Charivari*, *A Comédia Portuguesa*, *O Cabrion*, *O Mal-Amanhado*, *Correio do Inferno*, *Noventa Diabos*, *O Caçador Simão* e *A Madrugada*

Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Biblioteca Rio-Grandense

Lisboa / Rio Grande, Novembro de 2025

ISBN – 978-65-5306-058-6

O autor:

Francisco das Neves Alves é Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017), à PUCRS (2018), à Cátedra Infante Dom Henrique/Portugal (2019), à UNESP (2020) e à Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII (2021). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de trezentos livros.

ÍNDICE

Origens da imprensa literária e feminina sul-rio-grandense: Julieta de Melo Monteiro e o programa do periódico *Violeta* / 9

A linguagem da pequena imprensa portuguesa diante da proclamação da república no Brasil / 39

Imprensa literária e ilustrada portuguesa ao final do século XIX: o papel unipessoal de um diretor – Oscar Leal e *A Madrugada* (1894-1896) / 81

ORIGENS DA IMPRENSA LITERÁRIA E
FEMININA SUL-RIO-GRANDENSE:
JULIETA DE MELO MONTEIRO E O
PROGRAMA DO PERIÓDICO *VIOLETA*

Os avanços e luzes característicos do século XIX não atingiram a plenitude em meios às sociedades ocidentais da época, permanecendo alguns ferrenhos conservadorismos. Um deles esteve ligado à manutenção das restrições sociais impostas às mulheres, com a continuidade em larga escala dos laços patriarcais que pretendiam manter o sexo feminino aferrado às lides domésticas e restrito ao âmbito do lar, devendo permanecer as mulheres inexoravelmente atreladas ao papel de mãe e esposa. Contra tal subordinação levantaram-se muitas vozes e dentre elas, desempenharam papel fundamental as diversas representantes da escrita feminina que, por meio das palavras, empreenderam verdadeiras batalhas em prol da causa da emancipação da mulher.

Essas mulheres escritoras se espalharam pelo mundo, levando em frente uma batalha dura, contra um inimigo que parecia imbatível, vinculado ao conservantismo social predominante. Entre avanços e recuos, a escrita feminina foi ganhando espaço, embora muitas vezes refutada, menosprezada e até ridicularizada, enfrentando toda a espécie de preconceito e, fundamentalmente, a tentativa do silenciamento. Nesse campo da escrita, as mulheres representavam um contingente tão diferenciado numericamente quanto à predominância masculina que nesta época se lapidou a expressão “homens de letras” para designar a intelectualidade. Claro que o termo “homem” poderia trazer em si o sentido da própria humanidade, mas não deixava de, ainda que sub-repticiamente, apresentar um viés reducionista quanto ao gênero.

Essa foi uma época em que o ato de escrever não foi fácil para as mulheres. Por várias vezes, sua escritura ficava restrita ao domínio privado, ou seja, transformar o escrito em algo público constituía um processo cheio em dificuldades. As escritoras tiveram de enfrentar o sarcasmo que acompanhava as mulheres que pretendiam ser autoras. Era uma fronteira de prestígio difícil de ultrapassar, por causa da resistência em aceitá-las nestas condições. Além disso, ficavam também demarcadas as dificuldades de reconhecimento para que uma mulher conseguisse transpor a barreira das letras. Mas não foi um caminho estéril em resultados, pois, apesar de tudo, as mulheres transpuseram esses obstáculos, vindo a conquistar a literatura (PERROT, 2015, p. 97-99).

A produção textual de autoria feminina se distingue de outros textos por possuir um tom, uma dicção, um ritmo e uma respiração próprios, com uma plena articulação entre uma escrita intimista e as reflexões diante da realidade (BRANCO, 1991, p. 13-14). Na escrita feminina podem ser identificadas tanto as indagações, os desejos reprimidos ou incontroláveis e a batida sufocada ou desenfreada dos corações (BRANCO, 1989, p. 87), quanto os olhares reflexivos sobre a sociedade nas quais as escritoras estavam inseridas. Nos textos literários de autoria feminina podem surgir algumas marcas específicas ou rastros de subjetividade (MAGALHÃES, 2005, p. 9) os quais interagem com a conjuntura que cerca tais textos.

A escrita feminina pode trazer em si a identificação de características literárias próprias, ou seja, as obras de autoria feminina podem apresentar “qualidades”, em sentido neutro, próprias, as quais aparecem tão diversificadas

quanto as encontradas entre obras de homens escritores. Nessa linha, ocorre a possibilidade de que sejam detectados alguns traços comuns, detonadores de afinidades, ou de um “denominador comum”, para além das múltiplas diferenças (MAGALHÃES, 1995, p. 17).

Em se tratando do final do século XIX e primórdios do XX, há uma tendência de que tais características intrínsecas da escrita feminina fossem mais evidentes, tendo em vista a condição social imposta à mulher, criando-lhe significativos obstáculos que se antepuseram constantemente à sua ação. Desse modo a produção textual feminina, em suas peculiaridades ou similitudes está fortemente vinculada aos contextos histórico-culturais e sociais específicos em que foi elaborada, ou seja, como fenômeno histórico que é, tal escrita não fica intocada pelo devir histórico (MINGOCHO, 2005, p. 8).

No contexto sul-rio-grandense, várias mulheres dedicaram-se às letras e, com formas de agir e pensar que variaram entre si, também agiram decisivamente na mudança de horizontes quanto ao papel social feminino. Dentre essas escritoras teve destaque uma poetisa e jornalista que, desde a juventude, empreendeu um grande esforço em prol da transformação de paradigmas. Ela nasceu a 21 de outubro de 1855 e chamava-se Julieta Nativa de Melo. Pertencia a uma família fortemente vinculada às letras, envolvendo o avô Manoel dos Passos Figueroa, escritor e jornalista; a mãe, Revocata dos Passos Figueroa Melo, professora e poetisa; o tio Manoel dos Passos Figueroa, engenheiro e escritor; outro tio, Deodato dos Passos Figueroa, professor e escritor; e a tia Amália Figueroa, poetisa. Além disso, havia o irmão, Otaviano

Augusto de Melo, poeta que manteve um jornal literário e Revocata Heloísa de Melo, escritora e periodista, ao lado da qual empreendeu incansavelmente a batalha através da palavra escrita. Para completar, ela se casou com o jornalista e poeta Francisco Pinto Monteiro, incorporando o sobrenome do marido, vindo a assumir o nome pelo qual ficaria mais conhecida – Julieta de Melo Monteiro.

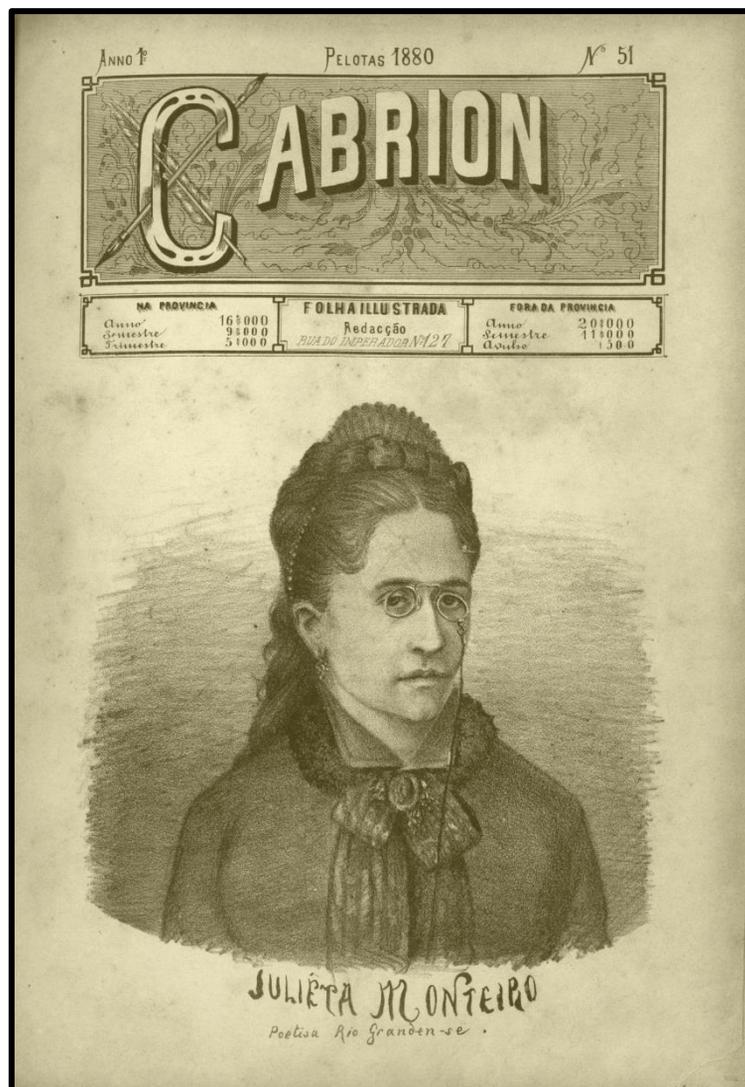
Desde cedo, Julieta Monteiro passou a atuar como colaboradora junto à imprensa periódica, escrevendo para os mais variados gêneros jornalísticos, mormente junto das publicações literárias, mas também em jornais informativos, comemorativos, ilustrados e até caricatos. Ao final dos anos setenta, entre 1878 e 1879, ela se lançou no caminho que não mais abandonaria, fundando a *Violeta*, um semanário literário cuja redação e colaboradoras eram essencialmente do sexo feminino, bem como tinha por público alvo basicamente as mulheres. Apesar das pequenas dimensões, o periódico obteve certa projeção, notadamente no que tange ao intercâmbio promovido o qual atingiu a maior parte das regiões brasileiras e chegou mesmo ao exterior (ALVES, 2013, p. 125-141).

Em seguida, no ano de 1883, Julieta esteve ao lado da irmã Revocata na execução de uma das mais importantes publicações literárias e femininas, tanto no contexto regional, quanto no nacional, através da edição do *Corimbo*, folha que marcou época em termos de escrita feminina, na difusão da leitura entre as mulheres e na busca por transformações no papel social feminino. Auxiliando a irmã no gerenciamento do jornal ou atuando diretamente na redação, Julieta Monteiro permaneceu no *Corimbo* até a sua morte, em 27 de janeiro de 1928.

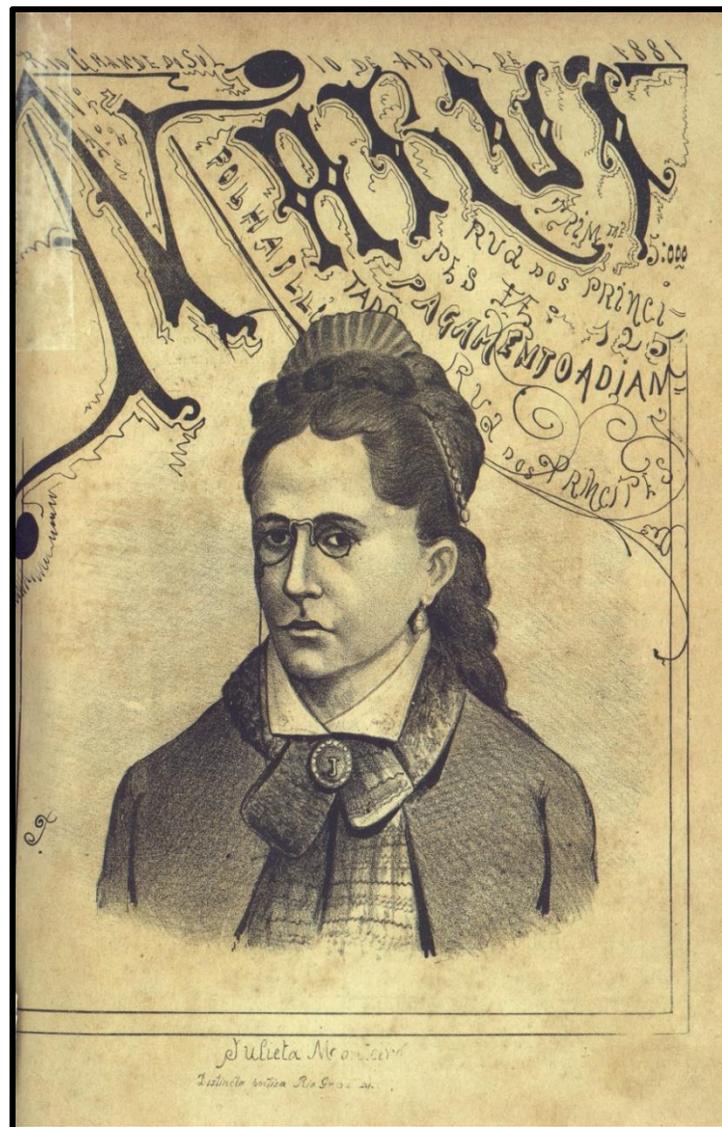
Ainda que as forças da escritora estivessem centradas na execução desta folha, ela não deixou de colaborar recorrentemente com outros jornais na conjuntura regional, nacional e até internacional.

Além de atuar incessantemente junto à imprensa, Julieta de Melo Monteiro publicou vários livros, como *Prelúdios* (1881), *Oscilantes* (1891), *Coração de mãe* (1893), *Alma e coração* (1897), *Berilos* (1911) e *Terra Sáfara* (1928 – edição póstuma). Como típica representante da intelectualidade de sua época, Julieta Monteiro teve uma ação amplamente diversificada, pois, além de poetisa e jornalista, foi contista, cronista e dramaturga. Também no campo profissional, durante boa parte de sua vida, permaneceu ao lado da irmã Revocata na função de professora. Em termos políticos, foi aliada das forças partidárias liberais que enfrentaram o autoritário modelo castilhistas-borgista, predominante no Rio Grande do Sul, ao longo da República Velha.

A escritora obteve projeção na vida cultural e literária do Rio Grande do Sul, deixando um legado às letras rio-grandenses, o qual pode ser avaliado não só pelo pioneirismo na imprensa feminina, como também através da criação de mecanismos para a divulgação da literatura, sobretudo pelas mulheres. Tal ação fica evidenciada em seus livros, nas tantas páginas dos periódicos em que colaborou, em sua atuação na *Violeta* e no *Corimbo* e na liderança exercida junto de entidades ligadas ao sexo feminino, estabelecendo enfim um intenso trabalho, desenvolvido em prol das letras e da mulher (MOREIRA, 2014a, p. 212-214).



Retrato de Julieta de Melo Monteiro (CABRION. Pelotas, 25 jan. 1880)



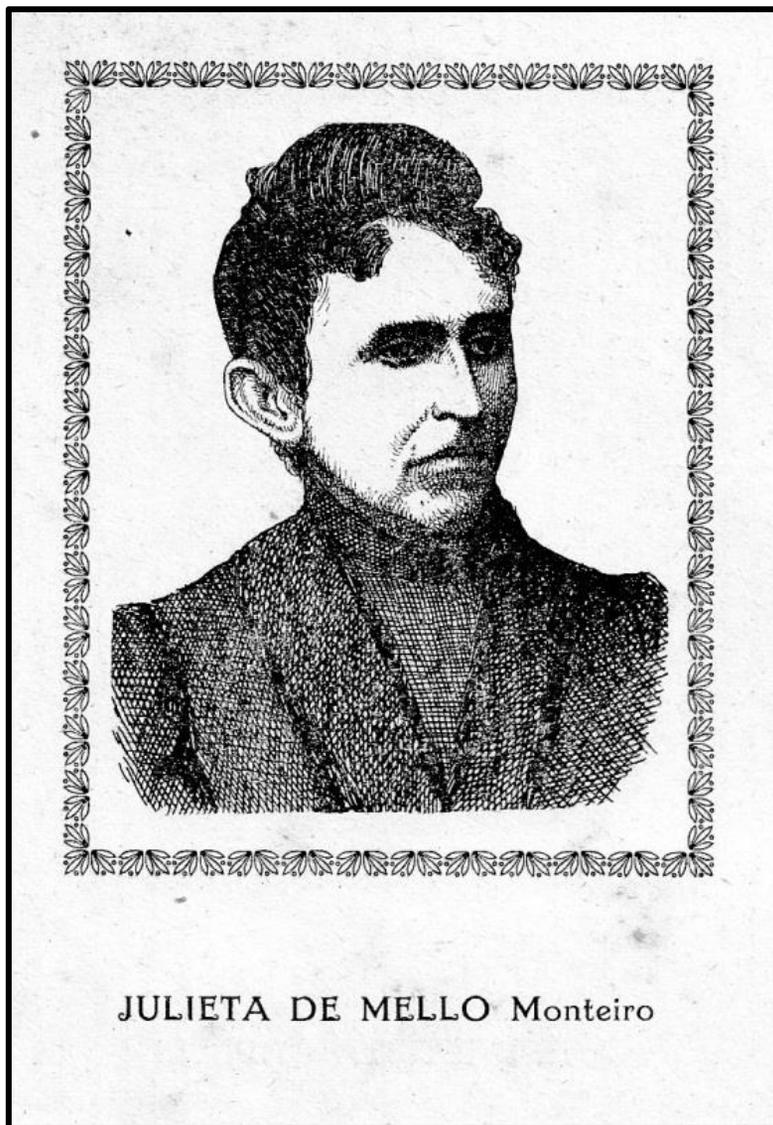
Retrato de Julieta de Melo Monteiro (MARUÍ. Rio Grande, 10 abr. 1881)



Retrato de Julieta de Melo Monteiro (A MADRUGADA. Lisboa, mar. 1896)

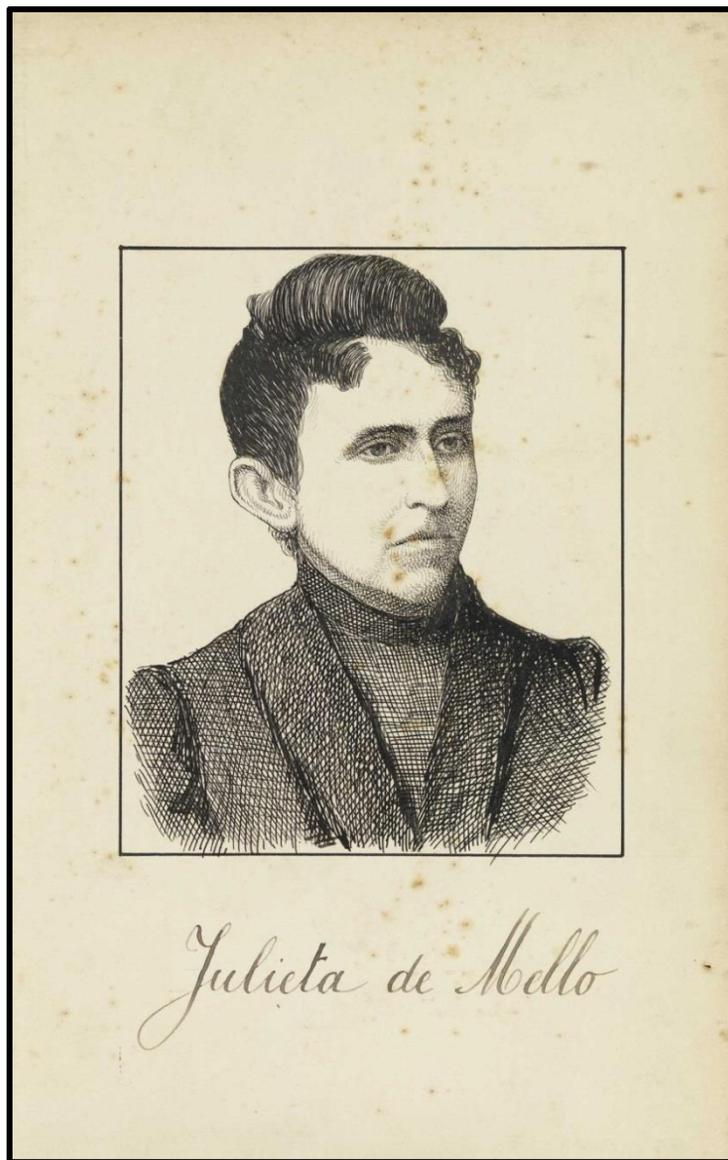


Retrato de Julieta de Melo Monteiro (ALMANAQUE BRASILEIRO GARNIER PARA O ANO DE 1905.)



Retrato de Julieta de Melo Monteiro (FREIRE, Laudelino. Sonetos brasileiros (século XVII-XX).
Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia., 1913.)

FRANCISCO DAS NEVES ALVES



Retrato de Julieta de Melo Monteiro (Biblioteca Digital Luso-Brasileira)

Julieta de Melo Monteiro teve uma longa carreira que se desenvolveu desde o início dos anos setenta do século XIX, quando, bastante jovem, passou a atuar na colaboração com diversos jornais, até o encerramento de sua vida, ao final da década de vinte da centúria seguinte. Desse modo, foi aproximadamente meio século de ampla dedicação à escritura, contribuindo decisivamente para a difusão da escrita e da leitura feminina. Ela conquistou reconhecimento e lançou mão do mesmo para difundir suas ideias, notadamente vinculadas a um novo papel social para a mulher. Ainda que tivesse uma visão moderada, a autora não deixou de defender mudanças, principalmente a partir da educação feminil.

A presença dessas mulheres escritoras no ambiente extremo-meridional brasileiro constitui um interessante caso para a história da literatura brasileira e sul-rio-grandense. Ainda assim, suas ações muitas vezes foram menoscabadas em termos de registro. No Brasil, em geral, a voz da mulher era muito pouco ouvida, o que pode ser constatado a partir das histórias da literatura brasileiras, ao proceder-se a um inventário das autoras do sexo feminino. No caso do Rio Grande do Sul, tal fenômeno se aprofunda, tendo em vista o pejo da inferioridade que por tanto tempo recaiu sobre a condição feminina, de modo que muitas delas foram negligenciadas pelas histórias da literatura. Nesse quadro, Julieta chegou de certo modo a constituir uma exceção, obtendo certa notoriedade (MOREIRA, 2014b, p. 38). Este livro visa à realização de alguns estudos de caso sobre a autora, voltados ao seu

reconhecimento intelectual e à sua ação como autora de livros, poetisa, editora e militante.

O ato de editar periódicos constituiu uma prática fundamental à difusão da escrita feminina. Nesse sentido, Julieta Monteiro empreendeu uma ação coletiva, notadamente através da imprensa, que mobilizava escritoras e leitoras de vários lugares. De acordo com tal perspectiva, ela auxiliou na formação de uma rede de apoio para as mulheres literatas e ajudou-as a combater os preconceitos contra a produção feminina no mundo masculino da literatura (SCHUMACHER & BRAZIL, 2000, p. 308). Ocorria então uma tendência de certa solidariedade unificadora entre tais mulheres que não se encontravam isoladas umas das outras, mas, pelo contrário, formavam uma espécie de rede feminina que se estendia do âmbito regional ao internacional (SOARES, 1980, p. 145-146).

Assim, ao final da década de 1870, ocorreria um dos pontos altos da carreira de Julieta, quando, entre março de 1878 e julho de 1879, promoveu a edição do periódico *Violeta*. Tal publicação constituiu uma experiência breve no cronológico, mas com uma especial relevância, uma vez que, além de orientar-se por uma natureza estritamente literária, trazia consigo também um pioneirismo, já que foi uma das primeiras representantes da imprensa feminina no contexto gaúcho. Nesse sentido, a folha tinha um norte editorial voltado essencialmente para o público feminino e seus textos redacionais e colaborações eram elaborados por mulheres.

VIOLETA

Proprietaria e Redactora Julieta de M. Monteiro

REVISTA LITTERARIA CATHOLICA E INDEPENDENTE.

ANO 1.^o SÃO PAULO DE JULHO DE 1878 Nº 17.

VIOLETA

Redactores durante a ausência de seguintes jornaes:

O DIARIO e JORNAL, OBRAS,
 GAZETA DE COMERCIO, — Campinas,
 GAZETA DE COMERCIO, — Sorocaba,
 GAZETA DOS BRASILEIROS, — Rio Claro,
 DIARIO, LITTERARIO e COMERCIO, — Rio Grande,
 COMERCIO, — Porto Alegre,
 TERCEROS LITTERARIOS, — Palermo,
 VICIOSINOS, SEMEIO DE PAZ e VIOLETA, —
 Santa Victoria,
 AGRADECIDOS.

A' M. QUEIROGA.— Diga-me o seu nome, se não simonias heredes à não existirem a sua pe-dida, não seja tolo, não?

Onde que gostamos de sua estylo.

As Sr. J. A. de Sales, sobre agosto (ou segun-do) seguinte e obsequio de participar-me se tem ou não recebido nome jornalístico, pois que mim todo a pretensão a ser meo mandado, sem que tenhamos recebido a correspondencia que junto dos mesmos lhe tenho eu vindo.

PRELUDIO.— Com este título vai brevemente sobre as pedras em littera de variada propriedade (isto jornalístico, sem a mesma littera precedido de um jeito estylo de um dos jornaes litterarios de nossa terra.

Assigna-se nesta typographia, preço de cada volume 25000 réis.

Rosas Litterarias

OS MEMÓRIAS E A CONSCIENCIA.

(Continuando.)

É preciso de fazerem uma segunda prova de immortalidade de suas almas.

Cada homem tem no seu do mundo um tribu-nal ao qual elle sempre se julga a si mesmo, e quanto que a consciencia sempre se julga a si mesmo.

Se o velho não é mais que a mesma pessoa physica de quem se julga, então não se julga a si mesmo que talhe se não de uma propensão a se julgar?

Porque então a consciencia sempre se julga a si mesma, e a consciencia sempre se julga a si mesma?

Porque então tem a consciencia sempre se julga a si mesma?

O diga despedida sua prova a consciencia, e homem torna a lembrar a si.

Elle sempre se julga a si mesmo e ao estado tem tudo de a consciencia.

Seu alho é sempre se julga a si mesmo, e a consciencia sempre se julga a si mesmo.

Trabalhando melhorar estas litteras, sem a propria consciencia e a consciencia sempre se julga a si mesmo.

Quando se julga a si mesmo, não se julga a si mesmo por elle preparado, sem sendo d'uma consciencia sempre se julga a si mesmo.

Quando se julga a si mesmo, não se julga a si mesmo por elle preparado, sem sendo d'uma consciencia sempre se julga a si mesmo.

Como era comum à época, a elaboração da *Violeta* era uma atividade praticamente unipessoal, ficando as diversas etapas da redação, revisão, confecção e distribuição do jornal nas mãos da própria Julieta Monteiro. Tal periódico trazia editoriais e expedientes da lavra da redatora e proprietária e sessões destinadas à prosa, à poesia, às correspondências e ao entretenimento, contando com a participação das colaboradoras. Apesar das pequenas dimensões, a *Violeta* atingiu significativo êxito, uma vez que, por meio da troca de exemplares, granjeou um extraordinário intercâmbio que atingiu várias localidades gaúchas e cidades nas mais variadas regiões do império, abrangendo quase todas as províncias. Essa permuta não se limitou ao território brasileiro, chegando ao exterior, como foi o caso das cidades de Lisboa e Nova York, contribuindo para a difusão da produção literária feminina gaúcha nos mais variados âmbitos, além de levar o nome de Julieta para além das fronteiras locais e regionais.

Ao criar a *Violeta*, sua editora divulgou um programa no qual expressava seus intentos com a publicação do periódico, bem como demarcava algumas de suas perspectivas quanto ao jornalismo literário e à própria conjuntura da literatura de então¹ (O COMERCIAL, Rio Grande, 18-19 mar. 1878, a. 21, n. 65, p. 1). E tal visão não era das mais positivas, pois, segundo Julieta aquele empreendimento jornalístico visava a ser mais uma tábua, uma prancha,

¹ Uma das mais completas coleções do periódico *Violeta* pertence à Biblioteca Rio-Grandense. Em tal hemeroteca, entretanto, não há o número inaugural do semanário, de modo que o programa da folha foi encontrado nas páginas do *Comercial*, publicação diária que circulava na cidade do Rio Grande na mesma época da gênese da *Violeta*.

lançada ao grande naufrágio em que ia a literatura na província. Na opinião da periodista, esse naufrágio se evidenciava, não por falta de amor às letras e à liberdade, nem pela míngua de talentos, mas sim por uma frieza sistemática que a tudo enregelava e pretendia sufocar.

Na apresentação da *Violeta*, sua criadora fazia uma ode à literatura, considerando-a como uma pérola divina escapada dos lábios da providência. Dizia também que a poesia, apontada como a linguagem melíflua que falava com todos os acordes de uma harpa encordoada no céu, teria no Rio Grande do Sul um horizonte e uma arena vasta para os seus elegantes devaneios. Julieta enfatizava que a província sulina estaria entre as mais férteis em sazonar e produzir resultados, pois ali, por um dote como que natural das musas, a mocidade inspirava-se, ora nos grandes faustos de um glorioso passado, ora em uma natureza esplendente e sempre pródiga de maravilhas sublimes. Apesar de tal expectativa, a poetisa constatava que a perspectiva otimista não se confirmava, ainda mais no caso da escrita feminina. Para ela, “o egoísmo, essa máscara de gelo” com que se embuçava “a face do obscurantismo”, não queria e não consentia que nem por simples ensaio as jovens travassem de “suas mimosas penas” e viessem preencher nas “lutas grandiosas da ideia”, o lugar de honra que lhes destinava o natural impulso.

O tom crítico permanecia na apresentação do periódico, na qual Julieta Monteiro argumentava que, em outros tempos, o vocábulo literato, era tomado à esguelha pela ignorância dos “papalvos aristocratas”, verdadeiros “empadões políticos de outrora”. Segundo ela, esses tempos continuavam a se fazer

presentes, quando se desenvolvia a “epidemia malina”. Diante disso, a jornalista declarava que a *Violeta* pretendia cometer uma cruzada toda de interesse público e utilidade instrutiva, surgindo altamente bela, logo que também o ilustrado público lhe prestasse o apoio de que necessitava.

Com base em tal pressuposto, a editora do periódico definia as metas do mesmo, afirmando que, na arena literária, a profissão de fé da publicação envolvia: a aceitação de escritos que tendessem ao interesse instrutivo e por consequência útil; e os autógrafos seriam submetidos a uma comissão de revisão, de maneira que não fossem confundidos escritos de mérito reconhecido, com outros, que nada tinham para a aceitação. Nesse sentido, Julieta garantia que, a partir de tais ideias, e junto a outras, que em artigos subsequentes seriam traçadas acerca do programa, estaria estabelecida “a modesta *Violeta*”, para a qual pedia a proteção pública, por vir ela a concorrer para o grande sucesso, qual o de instruir, recrear e deleitar a todas as classes da sociedade. Assim, a proprietária e redatora concluía a apresentação, esperando que, se a felicidade coroasse seus esforços, em breve tempo, promoveria melhoras do material, bem como aumentaria o formato daquele “jornalzinho”.

A *Violeta* era apresentada no frontispício como periódico literário, crítico e instrutivo, invertendo, posteriormente, para literário, instrutivo e crítico, constituindo um hebdomadário publicado aos domingos. Os principais segmentos do semanário eram “Rosas literárias”, para os textos em prosa e “Íris poético”, destinado aos poemas. Havia ainda as “Miríades”, trazendo a publicação de correspondências. O título desta última seção aludia a um grande

número, dando a entender que a quantidade de cartas era considerável. Tanto a partir do envio de colaborações em prosa ou verso, quanto por meio das tantas missivas, reforçava-se o papel do periódico no estabelecimento de uma rede de escritoras e leitoras com pendores e gosto pelas letras.

A linha editorial do periódico era complementada por tópicos voltados ao entretenimento, com jogos de paciência, charadas, logogrifos, os quais angariavam significativa popularidade. Como redatora, Julieta Monteiro era a responsável pela maioria das matérias editoriais do periódico, bem como do expediente, cujos maiores destaques eram as várias transcrições de outros periódicos e suas recepções quanto à *Violeta* e apreciações do conteúdo dos jornais intercambiados e de livros publicados. Ela também levava ao público os avisos quanto ao funcionamento interno do jornal, aos detalhes dos intercâmbios e aos apelos aos assinantes.

O fato da publicação da *Violeta* constituir uma atividade praticamente unipessoal da parte de Julieta ficava evidenciado também nas notas por ela publicadas, visando a combater a inadimplência dos favorecedores, a estabelecer escusas por alguma falha na distribuição/circulação do periódico e a evidenciar os óbices oriundos da dificuldade em obter funcionários. As tarefas eram tantas, que cada momento superado era considerado como digno de comemoração.

Julieta Monteiro teve de enfrentar dificuldades de todas as ordens para dar continuidade ao seu projeto editorial. Muitos desses problemas estavam

vinculados ao próprio caráter unipessoal da atividade, com a concentração de funções nas mãos da proprietária.

A assinatura do periódico custava 500 réis mensais ou 1\$500 réis trimestrais, pagos adiantados, para o âmbito citadino, e, para fora da cidade, o preço era de 2\$000 réis adiantados, por trimestre. Às vésperas da publicação completar seu primeiro trimestre, já havia cobranças quanto aos favorecedores inadimplentes, de modo que Julieta Monteiro pedia aos assinantes que ainda estivessem em débito com a empresa que fizessem o obséquio de mandar saldar tal dívida (VIOLETA, Rio Grande, 19 maio 1878, a. 1, n. 10, p. 1).

Apesar de tantos obstáculos e da pouca perenidade, a *Violeta* teve um significativo alcance em relação ao seu mote editorial. Tal periódico conseguiu ser muito a contento um representante da imprensa feminina, constituindo-se em um dos percursos nos quadros sul-rio-grandenses. Além da redatora, as tantas colaboradoras que enviavam textos em prosa e poesia, correspondências e peças de entretenimento eram mulheres. Ainda que muitas se utilizassem de pseudônimos ou iniciais, como era muito comum à época, tal constatação pode ser verificada a partir das próprias notas publicadas pelo jornal, evidenciando tanto o rol de articulistas como o público leitor com o gênero feminino. A folha abria um amplo espaço para as colaborações e a maior parte era de escritoras desconhecidas.

Outro dos alcances do periódico esteve vinculado à realização de um constante intercâmbio, promovido a partir da troca de exemplares com publicações de vários lugares. A proprietária fazia questão da manutenção dos

intercâmbios, estimulando e agradecendo os parceiros, como ao manifestar a todas as redações dos periódicos com os quais intercambiava o agradecimento pela permuta que tanto lhe honrava (VIOLETA, Rio Grande, 26 maio 1878, a. 1, n. 11, p. 1). Por outro lado, Julieta era incisiva quanto à regularidade dos intercâmbios, chegando a avisar que ficaria suspensa a entrega do jornal a todas aquelas empresas tipográficas cujas redações não permutassem seus periódicos com a *Violeta* (VIOLETA, Rio Grande, 30 jun. 1878, a. 1, n. 16, p. 1). Quanto a tais trocas, ela chegava a pedir às redações de todos os periódicos de fora da província, os quais davam a honra de permutar com a *Violeta*, que, quando realizassem o envio, o fizessem para a cidade do Rio Grande e não a de Pelotas, como acreditava que estava acontecendo por engano, resultando disso que uns se extraviavam e outros demoravam a ser recebidos (VIOLETA, Rio Grande, 14 jul. 1878, a. 1, n. 18, p. 1)

A redatora mostrou-se jubilosa quando o intercâmbio ultrapassou as fronteiras do império, chegando aos Estados Unidos, de modo que dizia folgar assaz ao dar tal notícia aos seus favorecedores, pois, ainda que tivesse sido geral no Brasil a aceitação do “modesto jornalzinho”, nunca chegara a lhe persuadir que de tão longe receberia tão inequívoca prova de apreço (VIOLETA, Rio Grande, 21 jul. 1878, a. 1, n. 19, p. 1). A reação também foi de entusiasmo quando a permuta chegou à Europa, havendo o destaque de que a “obscura redação” da *Violeta* não tinha palavras com que pudesse exprimir sua sincera gratidão à tão subida prova de apreço que lhe fora dispensado, a partir do intercâmbio

promovido de parte de uma publicação lisbonense (VIOLETA, Rio Grande, 13 out. 1878, a. 1, n. 31, p. 1).

Mas suas preocupações quanto ao intercâmbio voltavam-se também em relação aos jornais de cidades mais próximas. Foi o caso de ter verificado que um periódico pelotense não acusava o recebimento da *Violeta*, de modo que participava à redação do mesmo, que vinha sendo pontual na remessa do seu “jornalzinho”, ignorando se ele vinha ou não chegando ao seu destino (VIOLETA, Rio Grande, 18 ago. 1878, a. 1, n. 23, p. 1). Mais tarde, em relação ao mesmo jornal, Julieta Monteiro voltaria a preveni-lo que o seu recebimento deixara de ocorrer por período de dois meses e fazia o aviso por crer que aquela era uma falta involuntária. Lembrando os problemas que tivera na cidade vizinha, a redatora, com ironia, dizia acreditar que, quanto a entregas, o seu colega tivera no Rio Grande, o mesmo caiporismo que ela em Pelotas (VIOLETA, Rio Grande, 6 out. 1878, a. 1, n. 30, p. 2)

Tais trocas eram levadas muito a sério por Julieta, a ponto de ela chamar a atenção de uma redação para a qual desde o começo enviara com pontualidade o seu “modesto jornalzinho”, mas, em contrapartida, não chegara a receber mais que dois números da dita folha. Diante disso, dizia não compreender o que estaria ocorrendo e perguntando quem estaria encarregar-se de extraviar os jornais (VIOLETA, Rio Grande, 3 nov. 1878, a. 1, n. 34, p. 1). O número de periódicos intercambiados era ampliado constantemente, chegando a ultrapassar uma coluna inteira na exposição de seus títulos. Diante disso foi publicado o aviso que, atendendo a falta de espaço, a redação resolvera dali em

diante publicar a revista dos jornais recebidos todas as quinzenas, deixando de fazê-lo semanalmente, como até então (VIOLETA, Rio Grande, 15 set. 1878, a. 1, n. 27, p. 2).

O sucesso das permutas da *Violeta* foi amplamente significativo, tanto que, das vinte províncias que formavam o império, atingiu quase todas. Tal intercâmbio chegou a quatorze dessas unidades administrativas, com destaque para as mais importantes em termos de densidade populacional. As exceções foram as longínquas Amazonas, Goiás, Maranhão e Piauí, além de Pernambuco – única província nordestina não atingida –, e, surpreendentemente a vizinha Santa Catarina. O próximo mapa mostra marcadas as províncias brasileiras nas quais chegou a *Violeta*.

FRANCISCO DAS NEVES ALVES



O maior destaque, como não poderia deixar de ser, foi a própria província sulina, chegando o periódico em várias localidades sul-rio-grandenses, com maior evidência para o litoral e as regiões da campanha e da fronteira. Quanto ao âmbito exterior ao Rio Grande do Sul, a ênfase esteve nas localidades paulistas e fluminenses, seguindo-se as demais províncias. Chamava atenção o aspecto pelo qual as permutas não se davam apenas em relação às capitais provinciais, mas também, e por vezes com maior incidência, em relação às cidades interioranas. Houve também a presença do contexto internacional, com Lisboa e Nova York.

Por meio da *Violeta*, Julieta de Melo Monteiro demonstrou que a experiência de editar um representante da imprensa literária e feminina poderia ter algum alcance. Ainda que restrito em termos cronológicos, o periódico teve repercussão como um dos projetos pioneiros na conjuntura sul-rio-grandense voltado à difusão da escrita e da leitura feminina. Como proprietária da folha, Julieta assumia as funções de gerenciamento do escritório e da oficina, bem como a da organização, redação, seleção e revisão dos escritos, sem deixar de lado a distribuição e circulação dos exemplares e a cobrança e manutenção das assinaturas. Além disso, empenhou-se arduamente em conseguir uma significativa amplitude de permutas, de modo que transformou a *Violeta* em um eficiente veículo destinado a difundir a literatura e a escrita feminina².

² Publicado originalmente em: *Historiae*. Rio Grande: Editora da FURG, 2018,. v.9, p.131-144.

Coluna dedicada ao anúncio da origem da *Violeta* publicada no diário rio-grandino *Comercial*, contendo o programa do hebdomadário:

Foi anteontem distribuído o primeiro número de um pequeno jornal que tem por título *Violeta*, periódico literário, crítico e instrutivo, redigido pela inteligente Sra. D. Julieta de M. Monteiro, que deve ser bem acolhido e merecer a consideração pública, principalmente do belo sexo.

O seguinte programa é já uma prova dos recursos intelectuais de que dispõe a Exma. Sra.:

PROGRAMA

É mais uma tábua, uma prancha, lançada ao grande naufrágio em que vai a literatura nesta patriótica província; naufrágio que se evidencia, não por falta de amor às letras e à liberdade, nem pela míngua de talentos, mas sim por essa frieza sistemática que a tudo enregela e pretende sufocar.

A literatura, essa pérola divina escapada dos lábios da Providência; a poesia, essa linguagem melíflua que nos fala com todos os acordes de uma harpa encordoada no céu, se tem um horizonte, se tem uma arena vasta para os seus elegantes devaneios, nenhum e nenhuma mais férteis em sazonar e produzir resultados que esta nobre e invicta província; onde por um dote como

que natural das musas, a mocidade inspira-se, ora nos grandes faustos de um glorioso passado, ora nessa natureza esplendente e sempre pródiga de maravilhas sublimes.

Infelizmente, porém, o egoísmo, essa máscara de gelo com que se embuça a face do obscurantismo, não quer e não consente, que nem por simples ensaio as jovens de hoje travem de suas mimosas penas e venham preencher nas lutas grandiosas da ideia, o lugar de honra que lhes destina o natural impulso.

Como em outros tempos, o vocábulo do LITERATO, era tomado à esguelha pela ignorância dos papalvos aristocratas, verdadeiros empadões políticos de outrora, parece que também hoje se desenvolve a epidemia malina; se bem que muitos de nossos literatos rio-grandenses, se tenham elevado à altura a que não podem atingir os grossos volumes de LOIRAS a que hoje se venera e... respeita.

Querendo por esse motivo a *Violeta* cometer uma cruzada toda de interesse público e utilidade instrutiva, sai altamente bela, logo que também o ilustrado público lhe preste o apoio de que necessita.

Na arena literária, a nossa profissão de fé é a seguinte:

Aceitarmos os escritos que tendam a interesse instrutivo e por consequência útil.

Submeterem-se os autógrafos a uma comissão de revisão, isto a fim de que não se confundam escritos de mérito reconhecido, por outros que nada têm de aceitação.

Com estas ideias, e com outras que em artigos subsequentes iremos traçando acerca do nosso programa, está estabelecida a modesta *Violeta*, para a qual pedimos a proteção pública, por vir ela concorrer para o grande sucesso, qual o de instruir, recrear e deleitar a todas as classes da sociedade.

Esperamos, pois, se a felicidade coroar nossos esforços, em breve tempo, melhorarmos de material, bem como aumentarmos o formato deste jornalzinho.

Referências bibliográficas:

ALVES, Francisco das Neves. *Violeta: breve história de um jornal literário no contexto sul-rio-grandense do século XIX*. In: *Miscelânea – Revista de literatura e vida social*. Assis, v. 14, p. 125-141, jul. – dez. 2013.

BRANCO, Lúcia Castello. A escrita mulher. In: BRANCO, Lúcia Castello & BRANDÃO, Ruth Silviano. *A mulher escrita*. Rio de Janeiro: Casa-Maria Editorial; Livros Técnicos e científicos, 1989. p. 85-172.

BRANCO, Lúcia Castello. *O que é escrita feminina*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

MAGALHÃES, Isabel Allegro de. *O sexo dos textos e outras leituras*. Lisboa: Editorial Caminho, 1995.

MAGALHÃES, Isabel Allegro de. Diferenças sexuais na escrita: ao contrário de Diotima. In: *Actas do Colóquio “Escrita de mulheres”*. Coimbra: Faculdade de Letras – Universidade de Coimbra, 2005. p. 9-23.

MINGOCHO, Maria Teresa Delgado. Nota prévia. In: *Actas do Colóquio "Escrita de mulheres"*. Coimbra: Faculdade de Letras – Universidade de Coimbra, 2005. p. 7-8.

MOREIRA, Maria Eunice. Em poesia e prosa: a voz das Senhoras gaúchas do *Almanaque de Lembranças*. In: CHAVES, Vania Pinheiro (org.). *O Rio Grande do Sul no Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro*. Porto Alegre: Gradiva Editorial, 2014a. p. 197-221.

MOREIRA, Maria Eunice. As senhoras gaúchas no Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro. In: *Convergência Lusíada*, n. 32, p. 29-39, jul. – dez. 2014b.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2015.

SCHUMACHER, Schuma & BRAZIL, Érico Vital. *Dicionário de mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

SOARES, Pedro Maia. Feminismo no Rio Grande do Sul – primeiros apontamentos (1835-1945). In: BRUSCHINI, Maria Cristina & ROSEMBERG, Fúlvia (orgs.). *Vivência: história, sexualidade e imagens femininas*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Brasiliense, 1980. p. 121-150.

A LINGUAGEM DA PEQUENA
IMPrensa PORTUGUESA DIANTE DA
PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA NO
BRASIL

A mudança institucional ocorrida no Brasil em novembro de 1889 teria fortes repercussões no contexto da imprensa mundial, mas, junto ao jornalismo português, o impacto seria ainda mais contundente. As raízes históricas, idiomáticas e de tradições em comum, somadas à numerosa colônia lusa presente em terras brasileiras e a relevância do dinheiro enviado por tais colonos para as cambaleantes finanças lusitanas, foram alguns dos fatores que transformariam a proclamação da república brasileira em um tema noticiado, analisado, discutido e debatido à exaustão no seio do periodismo português. O ato em si da derrocada monárquica, o afastamento de Pedro II do poder e a partida da família imperial em direção às terras portuguesas foram temas abordados em larga escala pela imprensa lusa, utilizando-se das mais variadas estratégias discursivas para tanto, como através de copiosos editoriais, constantes transcrições de documentos oficiais e matérias publicadas por outras folhas, numerosas seções telegráficas, relatos de viagem, comentários opinativos, caricaturas, desenhos, alegorias e retratos, entre tantos outros. O imperador decaído junto de sua família, mormente a filha Isabel e o genro Conde D'Eu, seriam transformados nos personagens que atuavam no cenário criado pelo jornalismo lusitano.

Nas últimas décadas do século XIX, a imprensa portuguesa passava por uma fase de ampla expansão quantitativa e qualitativa, guardando padrões editoriais comuns ao jornalismo que se desenvolvia em termos mundiais, ao mesmo tempo em que mantinha especificidades intrínsecas no modo como evoluíam as suas práticas jornalísticas (QUINTERO, 1996, p. 11). Tal avanço da

arte tipográfica proporcionaria uma verdadeira febre de jornais representativos dos mais variados matizes político-ideológicos e socioeconômicos (ARANHA, 1900, p. 5 e 47; ARANHA, 1894, p. 12-13), de modo que o periodismo transformara-se em um elemento constitutivo inerente à sociabilidade, convertendo-se em um instrumento de primacial importância no intercâmbio e na reciprocidade das relações humanas (CUNHA, 1942, p. 23). O epicentro do jornalismo luso foi a cidade de Lisboa, seguida pelo Porto, mas, progressivamente, ele se espraiou por todo o país, alargando-se a massa de leitores ao longo do território nacional (TENGARRINHA, 2000, p. 261 e 270).

Progressivamente, o gênero jornalístico predominante viria a ser o de cunho noticioso. Nesse sentido, em substituição ao jornalismo de maior engajamento político, surgia outro, que se tornava também uma indústria com importantes capitais e avanços tecnológicos consideráveis (CUNHA, 1898, p. 7), dando-se assim um quadro pelo qual se desenvolvia uma imprensa consideravelmente imbuída pela notícia em oposição à anterior hegemonia do jornalismo de opinião (ALVES, 2005, p. 164). O aprimoramento das tecnologias de impressão, a multiplicação dos exemplares, as melhores condições técnicas de distribuição e a constante busca pela ampliação do número de leitores seriam a tônica das práticas jornalísticas, de modo que as notícias cada vez mais se convertiam também em uma mercadoria a ser vendida ao público leitor, e os periódicos, em significativa parte, intentavam manter um veio predominantemente informativo, escudando-se para tal em propaladas

tendências de isenção, neutralidade e independência (TENGARRINHA, 1989, p. 213-215, 219-222 e 231).

Ao lado dessa “grande imprensa”, formada por jornais diários de significativa longevidade, constantes e regulares em termos de circulação e distribuição, constituindo verdadeiras empresas jornalísticas, que buscavam pautar-se como isentos e independentes em nome de uma neutralidade informativa, havia ainda espaço para uma “pequena imprensa”, essencialmente crítica e opinativa e com estruturas organizacionais bem díspares em relação àquela. Tais folhas sustentavam manifestações calcadas no humor e na ironia, explorando o cotidiano político, econômico e social, num quadro pelo qual o leitor poderia se sentir inserido ou mesmo como um protagonista da realidade retratada. Caricatos, humorísticos, satíricos e recreativos foram publicações que mantiveram um tom jocoso, acidamente crítico e ferinamente irônico em suas páginas, usando por vezes até uma linguagem mais desabrida.

Tais periódicos, combativos em nome de alguma causa, censuravam atitudes de homens públicos e chegavam a especular ou divulgar componentes da vida privada de prováveis adversários. Outros optavam pela graça propriamente dita, pretendendo apresentar uma versão bem-humorada da realidade retratada. Apesar do uso do humor, muitas vezes tais publicações assumiam um caráter moralizador, buscando apontar as mazelas que estariam a afligir a sociedade, ou ainda engajando-se nas disputas entre monárquicos e republicanos, latentes àquela época em meio à sociedade lusa. A pequena imprensa visava essencialmente a ocupar um espaço alternativo no conjunto do

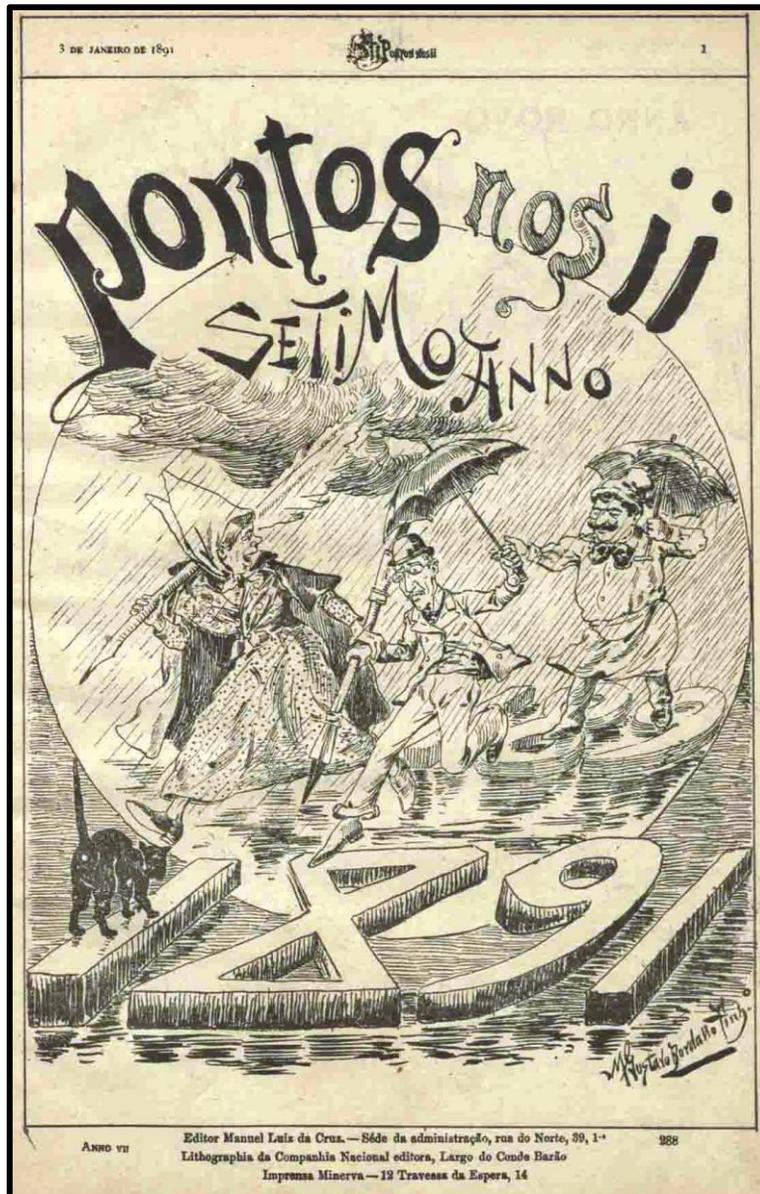
jornalismo de então, representando uma verdadeira opção diferenciada em relação ao modelo “sério” da imprensa diária. As formas de linguagem estampadas em suas páginas revelavam estratégias discursivas propícias a oferecer tais alternativas, pois, ao passo que as publicações diárias caracterizavam-se pelo uso das linguagens sérias e unívocas e os discursos consistentes e monolíticos, à pequena imprensa restavam as equivocidades de todo gênero, a piada, o trocadilho, o humor e a poesia (EPSTEIN, 1993, p. 125).

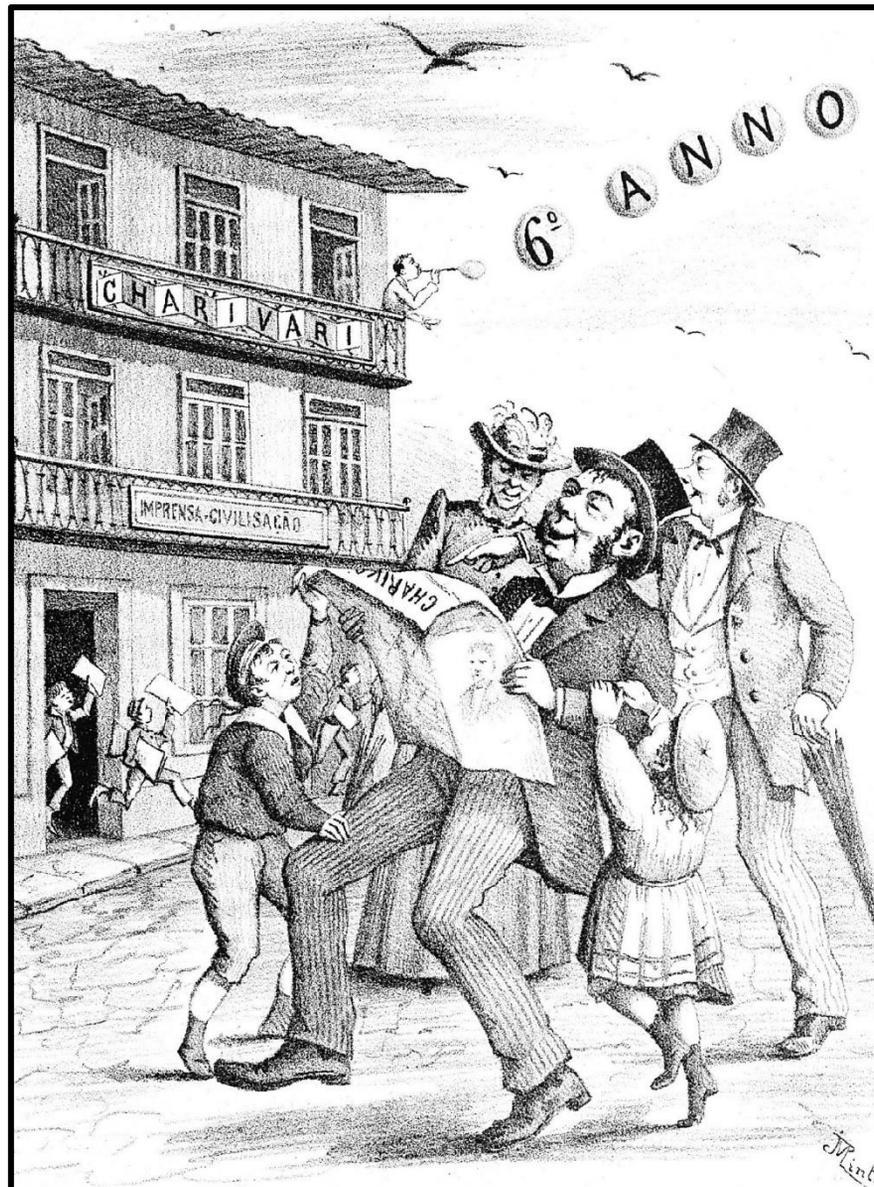
Foram vários os representantes da pequena imprensa lusa nos últimos decênios do século XIX. Entre eles esteve o hebdomadário *Pontos nos ii* (1885-1891), que constituiu uma continuação de uma das mais importantes folhas caricatas portuguesas, o *Antônio Maria*. Em sua apresentação, mostrava uma historieta narrada por *Maria* que, viúva há três meses de *Antônio*, em alusão à publicação anterior, resolvera tocar a folha sozinha. Tal “narradora” dizia que, com suas galhofeiras disposições, vinha “na presença do público ilustrado” pedir vênias para patentear – em doses o mais homeopáticas possíveis – todos os patuscos acontecimentos de que tomaria nota no canhenho do “seu *Antônio*”, desde o dia em que ele fora chamado abaixo (PONTOS NOS ii, Lisboa, 7 maio 1885, p. 1-2). *O Recreio* (1885-1899) era uma publicação semanal, literária e charadística de Lisboa, que pretendia ser interessante e popular e difundir a instrução das letras (O RECREIO, Lisboa, 29 out. 1885. Ano 1. N. 1. p. 1). Apesar de tal veio literário, a folha não deixou de abordar certos temas com base no humor.

Aproximadamente um ano depois, aparecia no Porto o semanário *Charivari* (1886-1899), que despertaria interesse, procurando entrar na política nacional com o mesmo impacto dos caricatos lisboetas (SOUSA, s/ data, p. 266 e 276). Ao apresentar-se, afirmava jocosamente que ter de fazer o leitor rir, quando os frios do inverno principiavam a entorpecer os nervos faciais, não era tarefa fácil, mas que remédio senão fazer das tripas coração para consegui-lo (CHARIVARI, Porto, 13 nov. 1886, p. 1). Crônica semanal de costumes, política, artes e letras era como se definia *A Comédia Portuguesa* (1888-1889), outra folha caricata semanal publicada em Lisboa, que se anunciava como crítica, perfeitamente imparcial, sem peias e sem atrevimentos que melindrassem a liberdade de cada um (A COMÉDIA PORTUGUESA, Lisboa, 6 out. 1888, p. 3). Ainda na linha do humor crítico, foi publicado o semanário lisboeta *O Cabrion* (1889-1890), que dizia pretender fazer graça, procurando realizar uma boa colheita de moedas de dez réis (O CABRION, Lisboa, 21 fev. 1889, p. 1).

Outro hebdomadário satírico publicado em Lisboa, *O Mal-Amanhado* (1889-1890), que substituíra *O Malcriado*, mantinha as mesmas características, apresentando-se como um periódico tético e ratazana e pretendendo aparecer inspirado na ideia de analisar o *modus vivendi* de seu tempo, zombando dos ridículos, que eram muitos, e lamentando as misérias, que não seriam menos numerosas (O MAL-AMANHADO, Lisboa, 1º set. 1889, p. 1). Igualmente em Lisboa veio a público o *Correio do Inferno* (1889-1890), que se declarava um jornalzinho semanal humorístico e afirmava figurativamente que pactuara com um diabo cortês que prometera fornecer o cadastro de muitos sujeitos que andavam pelo

mundo mascarados de cidadãos honestos e, vistos por dentro, não passavam de refinados patifes (CORREIO DO INFERNO, Lisboa, 4 dez. 1889, p. 1). Na capital circulou ainda o *Noventa Diabos* (1889-1890), periódico satírico semanal de ferrenhas manifestações antimonárquicas, que pretendia preencher um vácuo no modo de dizer e na forma de ataque, como inimigo intransigente dos homens nascidos dos privilégios, sendo um soldado valente na liça contra a monarquia (NOVENTA DIABOS, Lisboa, 28 dez. 1889, p. 1). Semanário ilustrado de combate e crítica era como se apresentava *O Caçador Simão* (1890-1891), de Lisboa que não poupava críticas ao soberano luso e dizia que escreveria para o povo, pois era ele que mais precisava que lhe falassem a verdade (O CAÇADOR SIMÃO, Lisboa, 16 nov. 1890, p. 1).







N.º 1 LISBOA, 21 DE FEVEREIRO DE 1889 1.º ANNO



Aceita-se e agradece-se a colaboração humilde, em prosa ou em verso.	Assignatura, por 50 números..... 500 réis Numero avulso..... 10 „ Anuncios, por linha..... 20 „	Toda a correspondência deve ser dirigida para o Largo de S. Roque, 8.
--	---	---

LISBOA, 21 DE FEVEREIRO

O Cabrion é já conhecido amigo de Vossas Excellencias.

Nas columnas do sympathico **Tempo**, tem elle matraqueado outro mundo, com applauso do outro mundo; sem nunca ter metido o nariz na privada vida, nem escalavrado a dignidade do tal primeiro meio mundo; offendendo os castos ouvidos do segundo.

Hoje, sem se despedir das suas amigas e collegas pimponeas, vem para a rua esmocho, procurando fazer uma boa esmola de moedas de dez réis, a fim de contribuir para o augmento das receitas da nação, projectado pelo sr. Marianno, e de pagar pontualmente os bellos saltares que lhe fornece a acreditada Empresa Franco-Luzitana.

Aqui o tendes, pois, o nobre generoso leitor. Recebei-o de braços e braços abertos, e comprai-o por magros cobres, em quanto o sr. marquez da Roxa o não compra por anaesados contos de réis.

Porque seria?

O thesoureiro menor da Seos amava dar as pratas e aos outros que lhe estavam confiados, para evitar que a traça entrasse em elles. Esta medida sensata, mais parece d'um adulto que d'um menor; não agradou, porém, ao *reporter* das *Novidades*, que principiou a dar por patas e por pedras, chamando o thesoureiro ao menor, e fazendo uma baba de sete cabeças, de uma coisa tão innocente e tão natural.

Vestiu-se de Antunes, e foi indagando, indagando, tanto, tanto, que chegou a Villa Franca de Xira!

Em Alhandra faltou com o Domingos Fandango, e sobre coisas do arco da velha, com as queas arranja em uma parte carregada no poleo menor.

Descobriu-lhe uma Julia Rodrigues, com uma filha e uma judia com outra; deu com um rapto e com um bando de raptos, mascarados e embuçados em grandes capotes; arrancou das trevas mysterios mysteriosos, e rinos horrivos, de diabos, horripilantes!

Vae senão quando, batem-lhe a porta.

— Truz, truz!

— Quem é?

— Uma sua criada.

Era uma dama muito formosa e muito airosa, toda vestida de preto; com uma filha, muito formosa e muito airosa, toda vestida de preto; acompanhadas por um cavalleiro com cabelo na venta e cara de poucos amigos, todo vestido de preto....

No dia seguinte escreveu o dito *reporter* nas ditas *Novidades*:

— Onde disse que disse, digo que não disse.

Em seguida pegou na viola, que estava em cima da mesa, mettu-a no sacco e quem merca dois pes alvos?

Não está em sorte!

O sr. infante D. Affonso precisa ser benzido; ou, pelo menos, pegarse com alguma santa advogada contra as cambalhotas.

Já tem uma figura em Bemfica e outra na Avenida da Liberdade.

Da primeira, teve que mandar lavar a fetiotea ao Cambouraci; da segunda valeu-lhe a sopeira, com uns fundilhos e umas passagens nas cuecas.

Já caiu da carrinhola, do cavallo fo-se ao chão; Se não tem tato na bola, Anda sempre ao trambulhão!

Que ladrão!

Foi há dias exautorado o castello de S. Jorge; um tal condemnado em conselho de guerra, por haver abusado d'uma mesca.

Os gatinhos, que não per occasiono de exercer a sua industria, introduziram-se por tre os numerosos spectad d'aquelle acto degradante e raram ao sr. Garcia Diniz u preciosa reliquia de Santa lla, guarnecida de magnif brilhantes.

O sr. Garcia deu parte a licia, para que o sacrilego drão, seja rigorosamente ctigado.

Amen!

Manteiga

Como prova de reconhecimento é cidade do Porto, pe grande numero de exemplar, que, por intervenção do honr do proprietario do kiosko da praça de D. Pedro, do P. vencomendou, pomos á s. S. posição as columnas do n.º jornal, pedindo aos estimave leitores das margens do Douro que nos indiquem alguns fact

locaes que possam prestar-se á *pepinetra*.

A nossa influencia politica junto do governo, um furo acima da do sr. Correia de Barros, fica tambem ao seu dispor. E' pedir por bocca; nada de eorromnias.

Confesso, sem rpos, ou bem me caiam os parentes que me custou a roer aqu bucha.

Agora, ao cabo de tantos annos de trabalhos insanos, a consultar os arcanos, bato-me, todo lampeiro, com outro methodo para ensinar a ler e a escrever cegos, sem vista em nenhum dos olhos, e, quando principio a deitar foguetes pela invenção, vem, outra vez o sr. João de Deus, ou João do Diabo, e põe-se a berrar que este tambem é d'elle!

Já é ser ambicioso!

Que mais quer o sr. João de Deus?

Elle já é João de Deus; elle já é autor do methodo João de Deus; elle já é inspector do methodo João de Deus;—que mais quer?

O governo encarregou-o de assignar, todos os annos, doze recibos; e paga-lhe por esse trabalho nove centos mil réis;—que mais quer?

Elle mette-me o nariz no curioso invento, com que eu conto para me elevar aos carrapatos da gloria, e eu não lhe de oblar?!

Fonho, por hoje, um ponto final na minha lambrina.

Se vier, meu caro Cabrion, que este arrazoado descamba em *reclama* para o tio João, não o rublique.

Boccha um chi e um chôcho do seu

Branco Rodilhas

Typ. Lisbonense—L. de S. Roque, 7

CORREIO DO INFERNO

Jornalinho semanal humorístico, e órgão da classe dos corticeiros

Editado pela Sociedade Anonyma de Publicidade Almadense

Venda avulso em Lisboa

Tiragem 5.000 exemplares

Anno I

Quarta-feira, 4 de dezembro de 1889

N.º 1

EXPEDIENTE

O CORREIO DO INFERNO publica-se aos domingos.

A assignatura é paga adiantada, e custa cada serie de 13 numeros ou prazo de 3 mezes, 170 réis, não se recebendo por mais nem por menos d'este tempo.

Nos dias seguintes a cada publicação cada numero do CORREIO DO INFERNO custa 20 réis.

Comunicados e annuncios, contracto particular, sendo muito mais barato para os srs. assignantes.

Annunciam-se publicações de livros e troca de dois exemplares; os originaes recebidos não se restituem.

Toda a correspondencia deve ser dirigida a Duarte Joaquim Vieira Junior, Travessa de Francisco Ignacio, ao Largo do Espirito Santo, n.º 8, Almada. (escriptorio provisório).

A empresa do CORREIO DO INFERNO precisa de correspondentes estabelecidos, para a venda avulso do jornal.

As «pladras» de interesse publico, em qualquer das secções, são gratis. As de interesse particular, são pagas, devendo contudo os interessados tomarem inteira responsabilidade pelo que disserem nos seus escriptos.

No escriptorio da empresa se prestam todos e quaesquer esclareci-

mentos que sejam necessarios, relativos aos negocios de redacção e administração do jornal.

Apresentando-nos

É uma obrigação da arte e um dever de cortezia, quando apparece um jornal novo, dizer a que vem e porque vem.

Isto de apresentar um *Correio do Inferno* não é das cousas mais faciles; não havemos de dizer ao leitor: eis-aqui o sr. D. Diabo, recém-chegado das profundas do averno, armado de forquilha e azorrague e disposto a fustigar todos os seus apaniguados que andam á solta por este mundo, fazendo de tudo um pouco, e de vez em quando, o proprio Satanaz. Se dizemos isto saltam de todos os lados a fazer-nos cruces e figas, a atirar-nos com agua benta, e a recorrer á intervenção de todos os sachristas do concelho.

E não seriam mal cabidas porque verdade, verdade, o facto é que nós já não acreditamos nos correios d'este mundo, tantas são as partidas e falcatruas que nos tem feito. Pactuamos pois com o diabo, um diabo cortez e boa pessoa, encarregado ou policia infernal, que nos prometteu fornecer o cadastro de muitos sujeitos que andam por este mundo mascarados de cidadãos honestos, phylantropos, bemfeitores da humanidade, e vistos por dentro não passam de refinados patifes; benemeritos que accodem ao seu semelhante nas afflicções a 80 por cento; ministros que endireitam as finanças publices mettendo em si o mais que podem; deputados independen-

tes, cujo voto nas camaras sae sempre carissimo ao paiz; banqueiros que não possuem real de seu e só espreitam o momento azado para se lo completarem com o alheio, e mil outros individuos que vivem folgadoamente á sombra de uma reputação honesta, sendo mil vezes mais velhacos e tratantes que muitos dos que povoam os paços do conde Andeiro.

Tudo isto nos prometteu o diabo familiar cá de caza trocar em miudos, reproduzindo na sua lanterna magica a véra effigie de todos esses aldrubios, que evam vida folgada á custa das classes trabalhadoras e reclamam ainda por cima os titulos de benemeritos da humanidade.

Ora já se vê que uma collaboração d'estas. natureza, não é coisa que se possa desprezar, e portanto nós aceitamol-a com a condição de que o amigo infernal não cheire a enxofre para não perturbar a pituitaria dos leitores.

Esperamos pois que o *Correio do Inferno* será bem recebido, desculpando-se-lhe a origem plutonica.

..

Dedicamos a nossa folha á classe dos corticeiros, porque esta numerosa e tão productiva cohorte de homens diligentes e activos, nunca teve uma folha que lhe defendesse os interesses e se dedicasse a pugnar pelo seu progresso e desenvolvimento. Sobrecarregados como todos os que se dedicam a uma profissão laboriosa, de tributos e encargos, onerados com mil difficuldades na vida, não tendo quem lhes acolha os queixumes nem apoio as reclamações. Seduziu nos adoptar esta missão

e por isso fazemos a nossa modesta folha órgão d'aquella classe.

N'este sentido cumpriremos o dever que nos impozemos, com orgulho, mas sem vaidades nem pretensões; e contamos encontrar n'esses honrados artistas o acolhimento favoravel que tão necessario e urgente se torna para levarmos á execução este proposito.

Eis pois o duplo fim a que vivimos, desmascarar tartufos e advogar os interesses de uma classe prestimosa; quer n'um quer n'outro proposito teremos porem um limite que jámais ultrapassaremos, a vida intima, o recato do lar; jámais invadiremos o recinto sagrado da vida privada.

Quanto ao mais, o sr. leitor, ora zurzindo, nada nos escapará. Eis a nossa profissão de fé.

Dizem por ahi que na Misericórdia de Almada, se fazem graves injustiças, fornecendo-se medicamentos a quem pode compral-os, em quanto que os indigentes são muitas vezes privados d'elles e repellidos com modos que denotam muito pouca caridade.

A ser isto verdade pedimos providencias ao sr. Provedor, por que algumas pessoas que se dizem bastante conhecedoras d'estes factos, prometteu por os pontos nos í i.

A proposito: Tendo sido o sr. D. Luiz provedor honorario d'esta *santa casa* por que motivo não se mandou ainda rasar uma missa por sua alma, estando o fiado rei no purgatorio, segundo a opinião do sr. patriarcha?

Veremos o que a este respeito nos diz a correspondencia que muito breve vamos receber do inferno.



1.º anno Assignaturas 20 r., 200 réis. Avulso 10 r. Pagamento adiantado LISBOA, 12 de janeiro de 1890 Correspondencia dirigida á rua de S. Roventara, 20.—Lisboa N.º 3

O LUPANAR CONSTITUCIONAL

A epigraphe tem um sentido mais lato do que aquelle que muito restrictamente lhe damos no numero antecedente.

Não é lupanar o parlamento, é apenas um dos seus productos.

O parlamento representa um conciliabulo onde se approvam todas as velleidades da constituição.—a prostituta por excellencia.

A constituição dada por esmola a um povo que então, como hoje e sempre, sustentava a esmola, protego e acoberta com a letra dos seus equívocos artigos, toda a casta de baixozos e aliviosas. O parlamento serve do égide, ósculo capcioso onde as grandes infamias tomam feição e legalidade.

Por isso, querendo que o parlamento seja lupanar, deve-se considerar a constituição meretriz, e a carta servilhe de papelote.

Haverá exaggero na linguagom?

—Que se resolve n'esse carunchoso parlamento?

—Nada.

—Representa elle as vontades da nação?

—Nunca.

—Protege elle a liberdade?

—Não.

—Serve para a mascarar?

—Sempre.

—Representará uma burla?

—Sim.

—Quem a protege?

—Os politicos.

—A quem é ella conveniente?

—Ao rei.

—Que interesses se advogam lá?

—Os da politica rasteira.

—Quem fica n'ella prejudicado?

—O povo.

—Que lhe convem, pois, fazer?

—A revolução.

—Com que fim?

—Para acabar com as bur-las.

—Destruindo a constituição e com ella a monarchia que a sustenta.

—Chama-se a isto dar o seu a seu dono, pôr os pontos nos ii com a clareza necessaria para que todos nos intendam.

Entre as variadas pontas vergonhas existentes no forno, para serem dadas a publico, depois de bem cosinhadas, lembra-nos as seguintes:

—Monopolio das cauteías da loteria ao Foscuca.

—Augmento da lista civil ao rei Carlos e sua angustiamão.

—Exclusivo de tabacos.

—Repressão d'imprensa, etc., e etc.

Notando os principios da actual legislatura, mais se confirma o modo de fallar supra.

A parte do discurso da coroa que n'outro numero será reproduzido conforme a interpretação popular, avulta a feição burlesca que os negocios vão tomando.

Na reunião da maioria, na noite de 3 do corrente, Luciano usou da palavra, e disse, entre outras fôlhas, que era conveniente notar que a situação politica interna era boa.

—Mas boa, porque?

—Porque o compadre Navarro conseguiu concertar os fundilhos que outr'ora andavam sempre tortos, e construiu um chalet sumptuoso, ornado e enriquecido com alguns azulejos e alfaias nacionaes, arrancadas aos extintos conventos.

Disse mais aquelle semilhe de da situação, que as eleições foram feitas com a maxima liberdade.

No entanto, logo na primeira sessão daJunça preparatoria, em 4, na camara dos deputados, choveram de to-

dos para queimar as almas, segundo a doutrina dos padres, e fazendo estes, toda a diligencia para lhe desviar de lá a custa de orações e d'outras intrujices d'igual força, o *Novena Diabos* conhecendo que tem uma terrivel competencia no negocio, vai vigiar-se.

—Tenham paciencia os tonsardos, mas vão apañar.

O concoso de carvalho, esse pertence-nos. Não damos a ninguém autorisação para o castigar. Deixem-no que está entregue. Este, patife, hypocrita e rancoroso temos de o desmascarar, até que os viraesas de sido lhe caio farras regos na pelle. Até breve—cavacos de carvalho.

—Quem n'ó mais claro? Escusado será dizer que o Marianno e toda a cambada approvou e recebeu o orador com salvas de palmas estrepitosas.

E esta gente que se propõe fazer grandes reformas, apresentar novos projectos, emendar o mundo em quatro mezos de pagode parlamentar!

Carlos, o rei do naípe, espéra dar pontos e deitar remendos com o cado nacional, conforme o declarou em publico no dia 2, e diz-se que vai pedir á nação mais dinheiro... para li-lhas!

Os saias pretas

O nosso estimado correspondente da *Freixanda*, começa as suas noticias do burgo, segundo elle lhe chama, por uma carga de tirar a chapel, no pastor das almas d'aquella freguezia.

E' preciso lembrarmos aos nossos leitores, que este santo corvo da egreja, é o tal padre—cavacos de carvalho—que disse em tempo que o inferno estava cheio de cavacos de carvalho para queimar as almas dos parochianos que não quizessem acreditar nas suas parvoíces.

Temos a observar ao nosso correspondente, que nos tem a sealdado para zurir o padre.

O *Novena Diabos* não comocou já com a pedralhada a costas por ser um pouco suspeito, e não querer que o alcumem de rancoroso. Todos devem saber que a clericalhada tem a ajustar severas penas com o *Novena Diabos*, pois tendo elle o reino dos infer-

nos para queimar as almas, segundo a doutrina dos padres, e fazendo estes, toda a diligencia para lhe desviar de lá a custa de orações e d'outras intrujices d'igual força, o *Novena Diabos* conhecendo que tem uma terrivel competencia no negocio, vai vigiar-se.

—Tenham paciencia os tonsardos, mas vão apañar.

O concoso de carvalho, esse pertence-nos. Não damos a ninguém autorisação para o castigar. Deixem-no que está entregue. Este, patife, hypocrita e rancoroso temos de o desmascarar, até que os viraesas de sido lhe caio farras regos na pelle. Até breve—cavacos de carvalho.

—Quem n'ó mais claro? Escusado será dizer que o Marianno e toda a cambada approvou e recebeu o orador com salvas de palmas estrepitosas.

E esta gente que se propõe fazer grandes reformas, apresentar novos projectos, emendar o mundo em quatro mezos de pagode parlamentar!

Carlos, o rei do naípe, espéra dar pontos e deitar remendos com o cado nacional, conforme o declarou em publico no dia 2, e diz-se que vai pedir á nação mais dinheiro... para li-lhas!

Vae ou não?

Que diabo de raio será esse que ainda não fulminou a rocha?

Parece-nos que cada ha de positivo acerca da mistura das duas companhias do gas. Pelo menos os empregados nada adiantam sobre tal ponto. Obedecerão os homens á mesma saia que ha no caminho de ferro do Norte e Leste? O Cyrilo é sempre d'estes mysterios. Onde elle se metter a coisa sabe sempre de estalo. O *Zé Martyr* lisboeta vai aguentar a bolada.

O Cyrilo arranja-lhe partida, e demais, muito pouco viverá quem não vir o fundo ao cesto.

As Novidades

Dez este jornal que já foi mandada ao governo, a bandeira da nova Republica brasileira, mas que não sabe se esta será a ultima.

Grê pois que a Republica não será duradoura.

Quanto querem apertar as Novidades em como hade cahir primeiro o chalet do Luzo, apesar de ser o deslambramento dos arre-dores de Pamphoizoa da Serra, do que a Republica do Brazil?

O Frei Zé

Toda a imprensa se tem conspi-rado contra o patriarcha pelo motivo d'umas ascetas quaesquer, que vão sobrepor-se a outras já anti-gas praticadas pelo santo frei Zé.

Que os padres todos tem por officio mentir já nós sabemos, mas o que fallava agora, é que nos venha a imprensa dizer que elles são uns protectores da bigamia.

Bem sabemos que elles apoiam a constituição da familia, não pela boa organisação que desejam na sociedade, mas para que caibam essas cobras que os casamentos lhe offerrem, na bolsa, mas o que nos capta, é que, elles fazem in-

teresse até ao crime, tal é o da bigamia.

Venemos como o frei Zé descalça esta bota.

Havia ter que vir o frei Zé condemnado á cellular, e a ouvir a sua missa de entro-elhos como qualquer laquiste.

Horror! em principio da egreja, um touzardo de primeira ordem, condemnado pelos juizes da monarchia a qual pertenceo o frei Zé!

Não acreditamos que o *Zé Martyr* bata as palmas d'esta vez.

Na secção competente vai o anuncio da nova *Escola Parvular*, aberta ao publico este mez, na Rua Sarriava de Carvalho, 47.—o preçido todo. Os preços como se vê do respectivo anuncio, são muito modicos, e o nome do conhecido director da mesma escola, serve por si só de garantia sufficiente ao aproveitamento dos alumnos.

Além da instrução primaria para exame, tambem dá aulas de portuguez, francez e inglez.

A nova escola.

Uma pergunta innocente

—Mais do que innocente, innocentissimas.

—Uma pergunta ingenua.

—Uma pergunta sem sombras de hypocresia nem de maldade.

—Porque será que se abriu uma porta, mysteriosamente, no recolhimento da rua da Rozo, na parede que dá para esta rua, quando o recolhimento tem uma bella estrada pelo lado de S. Pedro d'Alcantara?

—E porque será tambem que o sr. Camellier tem pedido successivas licenças, sem vencimento, pretextando falta de saude?

Diz-se que este facto tem ligação com a abertura da referida porta, abertura que foi ordenada pelo sr. Thomaz de Carvalho.

—Será verdade? Poderão responder-nos?

O que acima se lê, é transcripto d'um jornal da capital.

Pede resposta, e o *Novena Diabos* que n'ellas nunca quer dar a palma aos outros collegas, vai dar-lhe.

O sr. Camellier tem pedido licenças para ir gozar a lua de mel com alguma pequena de pé pequeno e olhos de moura. E o que tem lá isso de extraordinario? Nós ainda não fizemos do coraço um musculo. As raparigas são e serão cá para os rapazes do *Novena Diabos* um idyllio. E depois quem nos trata com pé? senão a poesia e o timar—depois do estomago cheio, bem entendido!

Os periódicos caricatos, humorísticos, satíricos e recreativos apresentaram a república brasileira a partir de uma óptica jocosa, praticando um jornalismo eminentemente crítico. Refletindo os comentários do dia a dia, em verdadeiros fragmentos do cotidiano, esses jornais traziam ao público uma versão diferenciada dos acontecimentos no Brasil. Com uma linguagem que normalmente rompia com a formalidade da maioria das publicações ditas sérias, essas folhas aproximavam-se dos modos de expressão mais populares, demonstrando, inclusive, uma maior aproximação com seus leitores. Em manifestações incisivas e carregadas de ironia e bom-humor, essa pequena imprensa trouxe a lume olhares diferenciados sobre a transformação institucional brasileira.

Nessa linha, o semanário caricato *Pontos nos ii* apresentou a matéria “Como se proclama uma república”, na qual um republicano de barrete frígido – o político brasileiro Quintino Bocaiúva – informava a D. Pedro II sobre a proclamação enquanto este ia se despojando dos trajes imperiais e determinando ao criado que arrumasse suas malas. Já na praia, D. Pedro despedia-se de Bocaiúva e, cabisbaixo navegava num barquinho de papel, propositadamente confeccionado com a folha de um jornal republicano. Diante da cena, a publicação concluía, sintetizando os acontecimentos no Brasil, ao dizer que, afinal, tudo se reduzira a isto – um imperador que saía no momento histórico em que um general entrava, e eis, enfim, simplificando, o problema da evolução, ao mostrar D. Pedro cabisbaixo com suas malas e um militar, de

barrete frígido à mão, radiante com a chegada ao poder (PONTOS NOS ii, Lisboa, 21 nov. 1889, p. 4-5).

Tal hebdomadário chegou a antecipar-se aos acontecimentos, mostrando uma suposta entrevista com D. Pedro II, fato que realmente iria ser recorrente à imprensa portuguesa quando da chegada da família imperial à Lisboa. A folha destacava que os *interviews* estavam na moda e nada mais natural, portanto que ela também o fizesse. O periódico caricato não deixava de fazer troça com os pendores poéticos do imperador que insistia em declamar poesias em suas respostas, assim como gracejava ao questionar a causa da queda da monarquia, que Pedro II atribuía aos desígnios do destino e pela inação dos monarquistas quanto à implantação da nova forma de governo. Concluindo a entrevista, o repórter perguntava o que o “imperador desempregado” tencionava fazer e este respondia que faria sonetos e, antes que lesse mais um poema, o entrevistador dizia ter se safado pela primeira porta, contendo a muito custo a dolorosa impressão que lhe causara a entrevista. Ao concluir a matéria, o semanário deixava uma mensagem destinada aos monarquistas portugueses: “Escaldadas com o exemplo, algumas famílias dinásticas das nossas relações vão por as suas barbas de molho” (PONTOS NOS ii, Lisboa, 21 nov. 1889, p. 7-8).

As possíveis influências da mudança na forma de governo brasileira em Portugal também eram invocadas pela folha semanal *Pontos no ii* ao construir um cenário intitulado “Passado, presente e futuro”, no qual, cabisbaixo, D. Pedro II conversa com seu sobrinho, o rei português D. Carlos, que se mostrava bem disposto em seu trono, mas o periódico, apresentando a figura do príncipe

lusitano, ainda menino, deixava no ar o vaticínio de um possível fim para a monarquia lusa, através de um sucinto mas incisivo dizer que se referia ao poder, na qual, respectivamente diziam, o imperador decaído, o rei português e o seu filho: “Já tive, agora não tenho. Tenho. Terei?”. Era uma evidente alusão a dúvidas quanto ao prazo de continuidade da situação reinante em Portugal (PONTOS NOS ii, Lisboa, 28 nov. 1889, p. 4-5).

O mesmo hebdomadário a respeito do polêmico tema da concessão do governo brasileiro de uma pensão à família imperial, editava um breve texto, sob o título “Rei morto... viva a república”, no qual destacava que um jornal francês observara com rara sagacidade e profundidade de vistas que, aceitando do novo governo do Brasil a dotação e obtendo a promessa da manutenção da lista civil, o sr. D. Pedro II criara no mundo uma situação nova – a dos monarcas aposentados. Diante da constatação, a folha lusa passava a fazer analogias com a família real portuguesa, enquadrando cada um de seus membros em determinadas funções, tais como cargos no serviço público, em clara estocada no *status quo* lusitano. Nesse sentido, o caricato censurava a concessão de tal pensão, considerando-a como um “exemplo terrível” e um gasto desmesurado que poderia dar cabo de quanta república houvesse de surgir, uma vez que, se até então o Brasil tivera um tipo de gasto, passaria a ter dois, ou seja, um presidente da república, com todos os seus horrores de encargos financeiros e um imperador, com toda uma família às costas. Assim, o periódico afirmava que, se politicamente o Brasil lucrara com a mudança de regime, economicamente espetara-se. Outra crítica dirigia-se à característica de

transitoriedade das instituições, apontando-se que no Brasil tudo era provisório, o governo, o presidente, as autoridades, as deliberações (PONTOS NOS ii, Lisboa, 28 nov. 1889, p. 6-7).

Tal caráter de interinidade era também representado de modo jocoso, com o destaque de que ele estaria até na flora e na fauna, sendo apresentadas figuras envolvendo bananas, papagaios e macacos – todos de barrete frígio. Nessa linha, surgia a afirmação de que essa situação daria origem a erros gravíssimos de interpretação, já que, em Lisboa, por exemplo, ninguém fazia ideia do que fosse o governo provisório, muitos supondo que ele era um espantalho com roupa de militar e outros, um escravo de barrete frígio à cabeça e armado, ao passo que a maior parte estaria a imaginar o governo brasileiro como a figura de um único personagem ocupando quase todas as pastas ministeriais. Havia em tais representações uma presença de alguns clichês preconceituosos em relação ao Brasil. Diante dos atos de aceitação da república e abandono da figura do imperador, Pedro II era mais uma vez o protagonista e, com o “chapéu do exílio” à cabeça, aparecia de mãos dadas a um símio, sobre a afirmação: “Moralidade do imperador – Quanto mais conheço eles, mais gosto de macaco!” (PONTOS NOS ii, Lisboa, 28 nov. 1889, p. 7-).

Mantendo a perspectiva predominantemente debochada, a folha *Pontos nos ii* criava uma representação denominada “Maneira de tirar dentes sem dor”, mostrando dois membros do governo brasileiro a arrancar o dente de um índio – tradicional simbologia da nação brasileira. Segundo os “dentistas”, o segredo era não mexer nas gengivas, tirando o dente sem tocar-lhes, evitando a dor, em

clara alusão à transformação sem violências ocorrida no Brasil, embora os governantes tenham chegado à triste conclusão de que “o dente era bom e são, o pior eram as raízes”. Posteriormente, era o “índio-Brasil” quem mostrava um dente coroadado com as feições de Pedro II a um soberano simbolizando o continente europeu. Enquanto o indígena assegurava que a extração fora feita sem dor, a “Europa” dizia só ter uma gengiva inflamada que era a França, exatamente o sítio que mais lhe doía. Diante desse quadro, o indígena arrematava, sentenciando que, se os *Deodoros de lá* respeitassem as gengivas, *adeus dentes de velha Europa* (PONTOS NOS ii, Lisboa, 5 dez. 1889, p. 4-5).

Prosseguindo em sua visão sobre a mudança política no Brasil, o mesmo hebdomadário estampava o jogo de desenhos chamado “Transformação nas fórmulas do Brasil e seus destinos”, representando o advento da república brasileira como uma figura que começava pela forma de um caju, passando por uma coroa que viria a cair, substituída pelo barrete frígido, colocado à cabeça de Quintino Bocaiúva, o qual teria formado a partir de então uma fortuna, como indicava a folha, usando ironicamente o título do jornal por ele editado. O texto denunciava: “Há pouco era ainda a velha castanha de caju que governava. Deu uma reviravolta, deixou cair a coroa, e o país adicionou-lhe um tope e uma cara”. Diante do que, concluía: “Eis tudo: por para baixo o que estava para cima – e então – *Viva o que estava para baixo*, como ontem era *viva o que estava para cima*, e assim se irá fazendo tranquilamente a fortuna do *país*” (PONTOS NOS ii, Lisboa, 5 dez. 1889, p. 6).

Não poupando a ninguém de sua visão bem humorada, o hebdomadário *Pontos nos ii* recorria à história, lembrando a transmigração da família real para o Brasil ocorrida ao início do século XIX, comparando-a com a partida da família imperial, já no fim desta centúria. Encontrando similitudes entre as duas viagens, o periódico jocosamente acabava por fazer referência aos progressos náuticos ocorridos naquele intervalo de tempo. Com base nesse contexto, sob o título “De cá para lá”, a folha mostrava duas embarcações, na primeira, D. João dirigia-se para o Brasil fugindo das guerras napoleônicas na Europa e, na segunda, Pedro II, com uma mala de dinheiro, saía exilado do Brasil em direção à Portugal. Diante do quadro, explicava que, em 1807, “o avô foi de *cá para lá*, sorvendo a pitada da canoa do exílio”; ao passo que, “em 1889, o neto vem de *lá para cá*, a vapor, fumando o puro exílio, com *subsídio do governo*”, dizendo “Já sei, já sei!”; diante do que concluía: “E digam que não há progresso, e que o vapor não é a mais bela das invenções! Ora adeus!...” (PONTOS NOS ii, Lisboa, 5 dez. 1889, p. 8).

A exemplo dos demais jornais que buscavam transmitir ao público impressões sobre a viagem da família imperial brasileira, o *Pontos nos ii* também o fez sob o prisma do humor. Em uma das historietas, a folha contava que o imperador, já em alto-mar, tinha colocado uma mensagem em um pombo-correio em direção ao Brasil, entretanto, na concepção de um pensamento da imperatriz, tal ato não teria um bom termo, pois, ao chegar o animal em terras brasileiras, o governo provisório se reunira e, após longa deliberação, resolvera “por unanimidade, menos um”, que se deveria comer o pombo com arroz,

extraindo-lhe do suco dos peitos uma confortativa canja, que seria batizada com o nome de *canja dos Estados Unidos do Brasil*, interpretando destarte os sentimentos democráticos do povo brasileiro (PONTOS NOS ii, Lisboa, 12 dez. 1889, p. 3).

D. Pedro II viraria o protagonista do teatro montado pelo hebdomadário naquele momento, sendo ainda representado de modo jocoso, entre outras situações, saudando as pessoas ao chegar em Lisboa, enganando-se ao identificar alguns; admirando sua coroa colocada em uma redoma, uma vez que teria sido salva por um áulico, mas, ao mesmo tempo, enfrentando “a injúria da poeira do exílio”, com a companhia de um gato preto, símbolo de sua má sorte; e convivendo com homens públicos do velho continente. A família imperial aparecia no semanário como que em um cortejo, enquanto o conde D’Eu e Pedro II tocavam instrumentos de sopro, a princesa Isabel, vibrava o pandeiro da abolição. Tal festejo não deixava de ser uma grande ironia, buscando apresentar em verdade, a tristeza dos desterrados, bem como mostrar aos governantes europeus os riscos que corriam as monarquias (PONTOS NOS ii, Lisboa, 12 dez. 1889, p. 4-8).

Outra publicação representante da pequena imprensa lusa que apresentou a mudança institucional brasileira sob o prisma do humor foi o *Charivari*, que publicou a matéria “Os mesmos”, na qual declarava que caíra o império brasileiro e levantara-se a república, destacando que tal notícia não aterrara ninguém, apenas surpreendera a Europa, por ocorrer ainda em vida do imperador. Explicava que o fato fora divulgado por agências de notícias, mas

que isso não bastara para que a imprensa permanecesse moendo a paciência das pessoas, dando ao público novos telegramas, sem que estes adiantassem nada aos primeiros que se receberam e deram o fato do estabelecimento da república no Brasil como consumado. Criticando o próprio jornalismo lusitano na divulgação daquele episódio, o hebdomadário questionava porque todos queriam saber como as gazetas, repisando o assunto, intrujavam perfeitamente os que acreditavam em tudo quanto se achava escrito em letra redonda (CHARIVARI, Porto, 23 nov. 1889, p. 2).

Tal folha ressaltava ainda que o comportamento da imprensa baseava-se no laconismo dos telegramas recebidos e dera a perceber o modo como as coisas se passaram, pois essa concisão permitira que cada jornal fizesse uma prosa a seu modo. Explicitava ainda que as notícias eram idênticas e constantemente repetidas entre as diferentes publicações, de modo que a informação circulava e voltava a aparecer, sempre como nova. Mantendo a linha humorística e de autocrítica ao jornalismo, o semanário afirmava que a imprensa portuguesa prosseguia a dar aos seus leitores novos telegramas do Brasil, sem adiantarem uma única circunstância interessante aos originais e arrematava a matéria afirmando: – “É que eles são os mesmos. Sempre os mesmos, só com palavras diferentes”. Ainda na mesma edição, o periódico publicava uns versinhos intitulados “*A rivolta*”, que, em síntese, diziam que “era tudo um mar de rosas”, mas surgiram “*rivoltas nos Brazis*”, onde estaria a haver “grande barulheira” (CHARIVARI, Porto, 23 nov. 1889, p. 2).

A falta de convicção política, as contradições e mesmos as traições para com a forma de governo decaída eram também retratadas pelo *Charivari* ao apresentar “A chegada do imperador” na qual um indivíduo de barrete frígido recebia um cabisbaixo Pedro II, revelando que, diante do novo estado de coisas, deixara de ser cônsul do império, para tornar-se representante da república do Brasil, vindo a ser qualificado ironicamente como “um *patriota* e um homem de *convicções*”. Em outro cenário era apresentada uma conversa entre o imperador e o conde D’Eu, assistida pela princesa Isabel. O jornal acabava por revelar algumas das visões atribuídas a tais personagens em Portugal, ou seja, o conde de uma avareza extraordinária e a princesa, apresentada de terço à mão e rezando, em referência a seu excessivo “jesuitismo”. Enquanto o imperador lamentava o afastamento de sua pátria e o fato de não mais poder ouvir o canto do sabiá, nem saborear a sombra das palmeiras, onde saltavam os macaquinhos, o conde, em um arrastado português afrancesado, respondia que ele deixasse para lá as lembranças da natureza, pois o importante era o dinheiro que se poderia levar (CHARIVARI, Porto, 7 dez. 1889, p. 6 e 8).

Em outra referência à mudança na forma de governo brasileira, o *Charivari* apresentava uma conversa entre um político brasileiro e um lusitano, sob o título “Entre ministro e ex-ministro”, em um “diálogo pelo telégrafo”. A confabulação era sobre as reações do povo de cada um dos países, dizendo o ex-ministro brasileiro que o *Zé Caipora* brasileiro era mais rijo do que se imaginava; ao que respondia o ministro luso que o Zé Povo português, quanto mais levava, mais manso ficava (CHARIVARI, Porto, 14 dez. 1889, p. 1). A controversa questão

da concessão de pensão ao derrubado imperador do Brasil também seria retratada ao trazer Deodoro da Fonseca com duas feições: uma como magnânimo governante, a outra como um tresloucado bobo da corte. Na primeira situação a folha fazia referência a um aplauso ao governo brasileiro pela concessão de uma dotação ao imperador, e, na segunda, à decepção, tendo em vista a anulação de tal compromisso, com a qual os republicanos do Brasil teriam ficado sendo o contrário de nobres e de enlucados, constituindo uma “triste figura” (CHARIVARI, Porto, 28 dez. 1889, p. 4).

O semanário mostrava também o ex-imperador brasileiro travando uma conversa com a estátua de seu pai, que ganhava vida na imaginação dos responsáveis pela publicação. Sob o título “Diálogo entre pai e filho”, o periódico apresentava D. Pedro II dizendo à representação de seu progenitor que ali estava sem coroa, sem reino e sem patacas; obtendo por resposta da arte estatutuária que adquiria movimento que tivesse paciência, pois ele, mesmo eternizado no *bronze imperecível da glória*, receava pelo seu futuro, diante de um possível esquadrinhar da história que levasse à sua substituição. Pedro I, no Brasil, e IV, em Portugal, perguntava ainda de que valia ser imperador, se não tinha um mísero capote que o resguardasse do frio e, sempre de carta na mão e o cavalo de pata no ar, em uma postura que constituiria um verdadeiro aborrecimento (CHARIVARI, Porto, 28 dez. 1889, p. 5).

Também sobre a transição brasileira, o *Charivari* apresentava uma representação cheia de simbologia na qual comparava a situação política de Brasil e Portugal. No desenho, D. Pedro II aparecia cabisbaixo, coroa caindo-lhe

da cabeça – em clara alusão ao fim da monarquia –, lendo um soneto, sobre o pavio de uma vela cuja chama se extinguiu. Por outro lado, o soberano português, D. Carlos era representado ascendente, sob um poderoso fecho de luz, em plena exuberância de seu poder. A fonte de luz apagada representava o ano que findava de 1889 e a que brilhava com intensidade, simbolizava o ano nascedouro de 1890. O título era “Ano Velho e Ano Novo”, dizendo que aquela seria a melhor comparação que se poderia adequar ao ano de 89 que terminara, e ao ano de 90 que começara, ou seja, enquanto que “D. Pedro foi *apagado* pelo sopro republicano *de lá*, D. Carlos, *o nosso*, rutilava no meio da sua corte”, tal qual um bico de gás que havia pouco fora aceso (CHARIVARI, Porto, 4 jan. 1890, p. 8).

A pequena imprensa lusitana ainda se manifestaria sobre a república no Brasil através da folha *A Comédia Portuguesa*. Na versão dessa publicação, aquele fato abalara profundamente a sociedade lusa, ainda mais quando todos esperavam tal mudança somente após a morte de Pedro II. Com graça, o periódico dizia que todas as boas vontades e atenções com que esperavam cercar o monarca até o último dos seus dias, se transformaram em uma ordem de passeio até a Europa. Tal publicação traria também uma alegoria sobre o tema, intitulada “A anunciação”, na qual o espectro da “deusa-república” indicava o caminho de saída a D. Pedro II, que se retirava, guarda-chuvas a tiracolo e uma mala de sonetos às mãos. Em tal cena era travado um breve diálogo, dizendo a figura feminina: “Sabe vossa majestade imperial que tem de me ceder o lugar?”; ao que respondia o imperador: “ – Já sei. Já sei”. Entre várias

anedotas, a folha narrava que a colônia brasileira em Portugal teria festejado a deposição do imperador com uns copos de champanhe, ao que retrucava chamando os brasileiros de pouco patrióticos, afinal eles deveriam usar o licor por excelência e tipicamente nacional, ou seja, a cachaça. (A COMÉDIA PORTUGUESA, Lisboa, 21 nov. 1889, p. 2 e 4-5).

Igualmente vinculado ao humor, *O Recreio* elaborou algumas crônicas sobre os fatos no Brasil, chamando-lhe de país parrana por natureza, cujo povo atirou de cangalhas com o seu velho imperador, que ele dizia amar, e com a maior sem-cerimônia deste mundo, sem arruído nem espalhafato, apresentou-lhe um mandado de despejo, intimando-o a que tratasse quanto antes de puxar com a trouxa, adoçando-lhe a pílula do exílio com palavras tão maviosas como o canto do belo sabiá. Fazia referência à dotação que Pedro II poderia receber e dizia que, por tal quantia valia talvez a pena deixar-se pôr no olho da rua. Sobre a chegada do imperador, a folha recreativa censurava a ação dos repórteres lusitanos por tanto assediarem o exilado, inclusive quanto à sua vida pessoal, querendo saber até como dormira e o que comera. A respeito de uma das respostas de D. Pedro II de que poderia seguir a carreira docente, caso não recebesse a dotação prometida, jocosamente, o periódico aconselhava que se ele tivesse de empunhar a férula do mestre-escola não o fizesse em Portugal, onde tal mister equivalia precisamente a morrer de fome (O RECREIO, Lisboa, 25 nov. 1889, p. 1-2.; e 16 dez. 1889, p. 1-2).

Folha satírica, *O Mal-Amanhado*, sob o título “Marselhesa... de lá”, narrava que os brasileiros acabavam de demonstrar por maneira eloquente que iriam

mudar as suas vozes de comando, em um quadro pelo qual o exército, a armada, o povo, o clero e a nobreza que remontava aos “troncos tupinambá e tapuio”, uniram-se fraternalmente entoando o hino francês com um arreganho, que não era de papa-bananas. Referindo-se às repercussões em Portugal dos acontecimentos no Brasil, dizia que era muito para rir a maneira como os “*trunfos republiceiros*” lusos aproveitavam aquela revolução, recomendando ao povo português que pusesse os olhos naquele quadro. O periódico, entretanto, não acreditava que se mudasse a forma de governo lusitana seria por causa da ação dos políticos republicanos, de modo que os monárquicos poderiam dormir em paz, não se inquietando com os sucessos externos, ou seja, não deveria lhes assustar a “Marselhesa de lá”. Ainda assim, buscava aplaudir os filhos do Brasil, que substituíram gloriosamente o *faz que anda mas não anda* de outros tempos, por andarem sem o parecer (O MAL-AMANHADO, Lisboa, 24 nov. 1889, p. 1).

Também na linha do humorístico, *O Cabrion* reproduzia de modo divertido os fatos que teriam marcado a revolução brasileira. Para tanto, construía uma cena na qual o personagem era Pedro II, descrevendo que estava o pobre homem acabando um soneto, quando lhe entrou pela porta adentro o general Fonseca e outros “endiabrados” como ele, e intimaram-no a pôr-se ao fresco e mais a família, devendo ir “pentear macacos”, estando já o navio a esperar-lhe para retirá-lo do Brasil. Diante de tal intimação, não sobrara outro remédio ao imperador senão dirigir-se ao cais, enquanto Deodoro bradava à tropa com voz de “Franklin-Mandioca” e ia tirar as armas imperiais da bandeira brasileira. Na mesma linha, publicou o texto “*Pierre d’Alcantara di là*”, no qual

descrevia que o general Deodoro da Fonseca teria feito sua entrada ao quarto imperial e fora saudado pelo imperador “– Ora viva, senhor Fonseca, o que me trazes de novo?”; ao que o militar respondera simplesmente: “Que vossa majestade meta a viola no saco e se dirija para a Europa” (O CABRION, Lisboa, 21 nov. 1889, p. 3.; e 28 nov. 1889, p. 3).

Seguindo tal linha editorial, o *Correio do Inferno* narrava que o “imperador dos tapuios, quer dizer dos brasileiros”, já deveria estar em Lisboa, onde contava entusiásticos súditos, que decerto passariam a virar-lhe as costas, como “bons vassalos” que eram (CORREIO DO INFERNO, Lisboa, 12 dez. 1889, p. 2). Com tendência republicana, o *Noventa Diabos* criticava àqueles que pretendessem desvirtuar os feitos da “gloriosa revolução brasileira”, mas nem ao menos conseguiriam fazer-se acreditar, permanecendo o apelo para que os mesmos deixassem a república em paz, uma vez que ela seria a única forma de governo que haveriam de adotar todos os povos, pois as coisas divinas já estavam caindo em desuso. De modo contundente, a folha argumentava que, desde que o Brasil se emancipara da tutela odiosa que o esmagava, as testas coroadas começaram a preocupar-se com zelo dos tronos mal seguros, procurando radicar por meio da força – único baluarte de que dispunham – as instituições monárquicas que a evolução histórica condenara havia muito tempo (NOVENTA DIABOS, Lisboa, 28 dez. 1889, p. 2.; e 5 jan. 1890, p. 3).

Já *O Caçador Simão*, periódico satírico e contundente crítico da monarquia e, mormente, do soberano luso, saudou peremptoriamente o 15 de novembro, considerando-o como uma data memorável que ficaria para sempre

gravada nos fastos democráticos, quando o Brasil desfraldara a gloriosa bandeira da república. Afirmava que a transformação ocorrera por consenso de todos os cidadãos e, sem que uma represália maculasse a causa revolucionária, o trono imperial baqueara, sendo substituído pela mil vezes mais digna e veneranda cadeira curul. Ainda que preferencialmente humorístico, o periódico deixava predominar o espírito partidarista, congratulando-se com os brasileiros e desejando que aquele fato servisse de exemplo e de incentivo, para que em breve tremulasse em Portugal a bandeira redentora, em cujos caracteres rutilantes estariam escritas as admiráveis palavras: *Liberdade, Igualdade e Fraternidade* (O CAÇADOR SIMÃO, Lisboa, 16 nov. 1890, p. 2).

Gracejos, pilhérias, deboches e cáusticas interpretações foram apenas alguns dos recursos discursivos pelos quais repercutiria a república brasileira junto à imprensa humorística e satírica lusa, como ainda pode ser observado nos exemplos destacados nos quadros seguintes:

Não há memória na história de coisa tão grande, feita com tanto sossego e simplicidade. Também, seja dito de passagem, não há exemplo de um imperador deste feitio, de uma condescendência e de uma bonomia *cumulesca*. Um general resolve revoltar-se; uns amigos aproveitam a ideia e vão dizer a outros amigos:

O general D. revolta-se, aproveitemos nós a revolta para fazermos a grande mudança do governo?

- Bem pensado seu Soares, vamos fazer a república. Se há de ser amanhã, seja hoje. E o imperador?

Esse está por tudo, até por ser mestre de meninos.

Pois vá feito. Avisam-se as províncias de hoje para amanhã e é negócio decidido.

O general D. revolta-se. Os amigos juntam-se. A marinha diz que sim, o exército aprova. Em quinze minutos estava tudo feito.

Já vossa imperial majestade sabe da novidade, meu senhor?

- De qual?

- A de há bocado?

- Não sei.

Está proclamada a república, revoltou-se o general D. com ele marinha, exército, pretos e mulatos, capoeiras e comendadores!

- Homem muito me conta você.

Isso é certo?

- Certíssimo e vossa majestade o que vai fazer?

- Eu, ora essa, vou fazer as malas.

E assim foi, malas cheias, recebidos os últimos protestos de respeito, o imperador aí vem para a Europa, deixando um império colossal, com a mesma sem-cerimônia com que se deixam umas botas velhas num hotel.

Este homem não tinha um amigo, um homem dedicado, um protegido, um credor, em meio século de imperar! Todos disseram que sim,

até ele. Não houve um grito contra, tudo apoiado.

E o Brasil é hoje república, feita assim com ares de castelo fantástico em cosmorama de figuras dissolventes.

Espanto de lição para governantes.

Coisas da América; não estivesse o Brasil na América e não se gabaria de tal.

Com que então, cidadãos brasileiros, a sorte grande, a taluda?

Ora pois, parabéns e para que vivam.

(A COMÉDIA PORTUGUESA, Lisboa, 21 nov. 1889, p. 2)

Estava o pobre homem acabando um soneto, quando lhe entra pela porta dentro o general Fonseca e outros endiabrados como ele, e intimam-no a pôr-se ao fresco e mais a família:

- Faz *favô di arranjá os tárécos i di ir pentiá macacos i mais á suá genti!* (...)

- O seu Fonseca, *ondi qué você qui eu vá pentiá macacos? Mi dêxe pentiá-los aqui; qui zanga!*

- Nada *di cantigas!* O *návio* está esperando e tudo isso são falas perdidas.

- Então é *prá Cábô Verdi qui mi mandam pentiá os macacos?*

- *Mi não pèrgunte nada! O návio está esperando e o cômandanti leva carta di prégo.*

- Ah! Já sei, já sei!...

E o pobre homem não teve remédio senão calcorrear e mais a família, até o cais e embarcar para a Europa.

O general Fonseca, voltando-se então, todo enchicharrado, para a tropa que o acompanhava, bradou, com voz Franklin-Mandioca:

- Quebra canto, *mia genti!*

E foi tirar as armas imperiais da bandeira brasileira.³

(O CABRIÃO, Lisboa, 21 nov. 1889, p. 3)

Regalado, como um frade,
Que de insônias não padece,
E que ao sono bem conhece
As delícias venturosas...
Regalado, como um frade,
Eu gozava um sonho fundo,
E sonhava que este mundo

³ O CABRIÃO. Lisboa, 21 nov. 1889. A. 1. N. 40. p. 3.

Era todo um mar de rosas!...

Regalado, pois, sonhava,
Regalado, pois, dormia
E num sonho bom só via
Coisas belas e gentis!...
Quando a sopeira que tenho,
C'o Janeiro descabrita
E aos ouvidos meus me grita:
- Há *rivolta nos Brasis!*...

Acordei e dei c'os olhos
Na sopeira, que é galante,
- *Qui maçada, tão sécante*
Qui você me vem pregar!
Pois não vê que seu patrão
Dorme um sonho sócegado,
Deixe um homem descansado,
Deixe um homem rressonar!...

A sopeira não se move
Ao discurso que lhe faço,
E p'ra mim estende o braço,
E o jornal quer me impingir!...
Dou um berro! *Irra, é demais!*
- *Você hoje está com bolha!*
Tire já d'aqui a folha
'Stou com sono! Vou dormir!...

Nos lençóis de linho ajeito
Novamente o corpo meu,
E nos braços de Morfeu
Conto, enfim, reintegrar-me;
Quando a moça aos empuxões,
Outra vez a mim se atira,
Tanto puxa, tanto vira,
Que até chega a machucar-me!

Perco, então, as estribeiras,
Perco o sono, perco tudo,
E d'um salto, sempre mudo,
Me engalfinho na sopeira!...
Ela, porém, já me escapa,
Já me foge, já se esquiva,
E assim ando em roda viva
Uma manhã toda inteira!...

Vendo, enfim, que não consigo
A fúria minha explodir,
Deixo o corpo meu cair
Nos braços duma cadeira!
E a moçoila, então, sorrindo,
Em sossego, assim me diz:

- Ó senhor, lá *nos Brasis*
*Anda grande barulheira!*⁴
(CHARIVARI, Porto, 23 nov. 1889, p. 2)

De Plombino, onde no paço
Tinha a sua habitação
Um macaco... aí céus que passo
Fugiu a passo de cão.

Esse bicho espantadiço
Fama tem de ser feroz
E o indígena por isso...
Diz então com medo atroz:

Aí pra rua, não vou não
Que anda solto o macacão
Simão!
Não, ninguém tema o macacão
Não ninguém tema
Não, ninguém tema o macacão
Que hão de deitar-lhe a mão.

4 .

Ão...⁵

(PONTOS NOS ii, Lisboa, 12 dez. 1889, p. 4-5)

Tudo se perdeu... menos o papagaio!

Eis o que a Europa acaba de ouvir, contado pelos jornais lisbonenses. Este grito ficará ainda mais célebre, que o *apres moi le deluge* de Luiz XV. E a julgar pelo interesse e pelo carinho com que o papagaio do imperador foi levado, entre flanelas (...) pode-se dizer, sem receio de se ser desmentido, que essa ave trepadora é no atual momento histórico, não um animal de pena verde, formas pesadas, bico grosso e recurvo, mas a imagem de um império que se desfez (...), assim o papagaio é o hoje o símbolo dos impérios que já não são deste mundo...

E o papagaio, sob um governo monárquico, passará a ser uma ave ilícita, clandestina, revolucionária, atentatória das instituições, e defesa à janela de todo cidadão (...).

Luiz XIV, outro indivíduo com quem a história entreteve intimidades atentatórias da moral pública, não se pejando de o citar a cada passo, principalmente quando fala do seu reino, exclamou um dia: – *L'état c'est moi!*

⁵ PONTOS NOS ii. Lisboa, 12 dez. 1889. A. 5. N. 228. p. 4-5.

O sr. Pedro II, com a filosofia que o caracteriza, dirá de futuro aos seus fiéis, apontando para a gaiola onde a ave trepadora, e já hoje histórica, estiver falando:

- *L'empire c'était lui!*...

(PONTOS NOS ii, Lisboa, 19 dez. 1889, p. 2)

O comandante do *Alagoas*, navio que trouxe para a Europa o imperador do Brasil, arvorou uma bandeira que entendeu ser a da nova república. A capitania do porto de Lisboa mandou-lhe arriá-la, em virtude de ter de ser considerado como navio pirata, porque assim é considerado todo aquele que arvorar bandeira desconhecida.

E vai o comandante... arriou-a!

Fica a gente a pensar porque demônio este comandante a tinha içado?

Para receber uma lição de direito internacional? Para deslumbrar a gente com uma bandeira novinha, toda catita e meter-nos ferro com ela? Isto de mudar de bandeira, absolutamente, é impossível. Imagine-se se não seria cuspir na história inteira de Portugal o riscar amanhã da bandeira portuguesa – dada a hipótese da formação da república – as velhas quinas, que encheram de medo e de espanto o mundo inteiro!

Uma nação para glorificar o futuro não necessita renegar o passado.

Não o deve fazer nunca, quando esse passado é honrado como o do Brasil ou epicamente glorioso como o nosso.

Na coroa portuguesa eu substituiria a coroa que encima o escudo por um barrete frígio, uma constelação de estrelas de número igual ao das províncias, uma mesa – simbolizando a do orçamento – partida, esmagando um bacharel; duas peras, uma talha de louça das Caldas azul e branca, enfim, qualquer coisa que lembrasse uma característica do nosso país. Faça o novo Brasil o mesmo. Conserve a esfera, as cores e símbolos da velha bandeira; tire-lhe a coroa e substitua-a por uma banana, um preto a dançar a cachucha, um papagaio de cujo bico curvo saia esta inscrição: - Que passa? É o senhor Quintino que vai para a caça – enfim, qualquer coisa que recorde o Brasil; mas não vá, acintosamente, condenar no radicalismo das medidas, a existência da bandeira gloriosa, sob cuja égide, diminuíram durante séculos as tangas e cresceram as rabonas de casimira. Eu tenho que uma bandeira é como a fisionomia moral de uma nação. As três cores da bandeira francesa são hoje uma ideia, um princípio, uma afirmação filosófica. A bandeira inglesa, com os seus leopardos, não significará a manha sanguinária, a traição?

Deixem, pois, a esfera armilar e as cores verde e amarela. Expressarão muito bem a ideia: – o Brasil é uma terra aberta a todos: o verde representará as florestas colossais e o amarelo a cor das libras, que por lá abundam de mistura com as febres da mesma cor.

Uma bandeira com cor local. Nem de propósito. Aí fica o conselho, saído de uma filosofia profunda. Dou-o de graça à infantil república, não se vá dizer de futuro que eu não concorri para a consolidar. Cada qual nas

suas posses.

(A COMÉDIA PORTUGUESA, Lisboa, 19 dez. 1889, p. 3)

Os versos, com seu ritmo próprio, as formas de manifestação popular e os sotaques, destacados inclusive graficamente e os diálogos impressos de maneira direta, em um conjunto contínuo de perguntas e respostas constituem exemplificações típicas das formas de expressão da pequena imprensa, que, à univocidade dos jornais diários, retrucava com a equivocidade. Dava-se assim uma verdadeira oposição no que tange às construções discursivas, através do humor, do chiste ou do mero trocadilho, na manifestação de uma forma essencialmente equívoca ou ambígua. Nesse quadro, o humor e a pilhéria são ambíguos por natureza e sua utilização deriva de uma tentativa do mais fraco de reduzir suas obrigações perante o mais forte, atuando também como uma descarga emocional do primeiro em relação ao poder, bem como a sua abstração no que tange à tirania da univocidade (EPSTEIN, 1993, p. 123-125). Dessa forma, a pequena imprensa lançou mão de suas estratégias e linguagens alternativas ao normalmente sisudo jornalismo diário, visando a garantir seu espaço ao sol no que tange ao público leitor⁶.

⁶ Publicado originalmente em: *Literatura, história e fontes primárias*. Curitiba: CRV, 2013, p. 121-138.

Referências bibliográficas

ALVES, José Augusto dos Santos. *O poder da comunicação*. Cruz Quebrada: Casa das Letras, 2005.

ARANHA, Pedro W. de Brito. *Rapport de la Section Portugaise – 1er. Congrès International de la Presse (1894 – Anvers)*. Lisboa: Imprimerie Universelle, 1894.

ARANHA, Pedro W. de Brito. *Mouvement de la presse périodique em Portugal de 1894 a 1899*. Lisboa: Imprimerie Nationale, 1900.

CUNHA, Alfredo da. *La presse périodique en Portugal: bref mémoire présenté au cinquième congrès international de la presse à Lisbonne*. Lisboa: Imprimerie Universelle, 1898.

CUNHA, Alfredo da. *Periódicos e relações, periodistas e noticiaristas*. Lisboa: Ottosgráfica Ltda., 1942.

EPSTEIN, Isaac. *Gramática do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

QUINTERO, Alejandro Pizarroso. O estudo da história da imprensa. In: QUINTERO, Alejandro Pizarroso (coord.). *História da imprensa*. Lisboa: Planeta Editora, 1996. p. 1-12.

SOUSA, Osvaldo Macedo de. *História da arte da caricatura de imprensa em Portugal (na monarquia, 1847/1910)*. Lisboa: Edição Humorgrafe/SECS, s/data.

TENGARRINHA, José. *História da imprensa periódica portuguesa*. 2.ed. Lisboa: Editorial Caminho, 1989.

TENGARRINHA, José. Imprensa. In: SERRÃO, Joel (dir.) *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 2000. v. 3. p. 246-273.

IMPrensa LITERÁRIA E ILUSTRADA
PORTUGUESA AO FINAL DO SÉCULO
XIX: O PAPEL UNIPessoAL DE UM
DIRETOR – OSCAR LEAL E A
MADRUGADA (1894-1896)

O escritor luso-brasileiro Oscar Leal nasceu no Brasil, mas, de família portuguesa, foi criado na Ilha da Madeira, onde teve a sua formação escolar inicial. A complementação de seus estudos e a formação acadêmica foram realizadas no eixo Rio de Janeiro – Lisboa, vindo a tornar-se dentista. A prática de uma odontologia itinerante permitiu-lhe exercer uma de suas vocações voltada às viagens, promovendo excursões que abrangeram vários países sul-americanos, o continente africano e a Europa centro-ocidental. O Brasil foi o local por onde mais viajou, mormente pelo interior do país, com preferência pelas regiões centro-oeste e norte. Desde cedo buscou lançar-se no caminho das letras, vindo a publicar vários livros como os referentes às excursões em terras brasileiras, *Viagem ao centro do Brasil (impressões)*, *Viagem às terras goianas (Brasil central)*, *Contos do meu tempo*, *O Amazonas*, e *Viagem a um país de selvagens*; e os voltados a outras temáticas, como *Do Tejo a Paris*, *Brasileiros ilustres: perfis contemporâneos*, *O Manoel de Soiza*, *Um marinheiro do século XV: romance histórico sobre a descoberta da Índia*, *Uma mulher galante*, *Através da Europa e da África (viagens)* e *Dentistas e “dentistas”* (BLAKE, 1900, v. 6, p. 339-340; LEAL, 1904, p. 1; PEREIRA & RODRIGUES, 1909, p. 98; e SILVA, 1894, p. 131).



Retrato de Oscar Leal no livro *Viagem ao centro do Brasil*

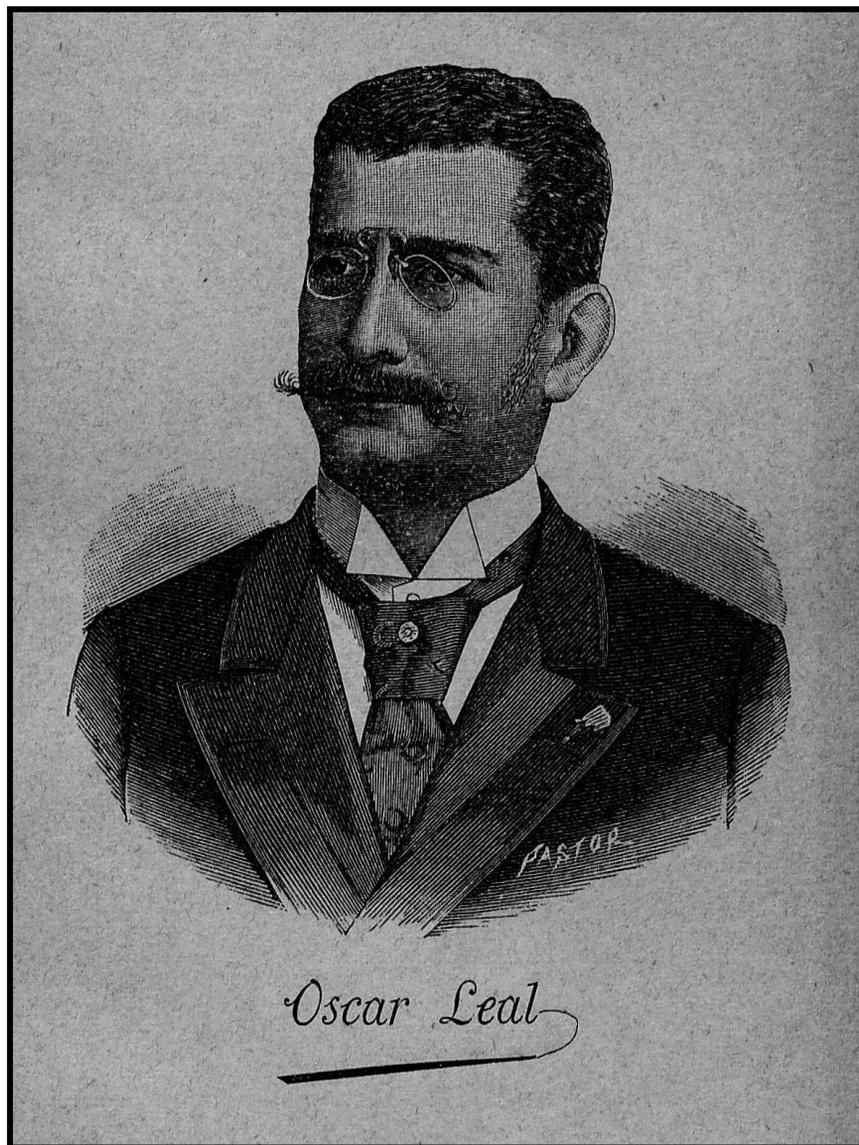
FRANCISCO DAS NEVES ALVES



Retrato de Oscar Leal, posando como naturalista, explorador e estudioso da literatura de viagem no livro *Viagem às terras goianas*



Retrato de Oscar Leal no livro *Contos do meu tempo*



Retrato de Oscar Leal no livro *Viagem a um país de selvagens*



Retrato de Oscar Leal na revista *A Madrugada*, Lisboa, out. 1895

FRANCISCO DAS NEVES ALVES



Retrato de Oscar Leal na revista *Gil Braz*, Lisboa, 10 maio 1898



Retrato de Oscar Leal na revista *O Ocidente*, Lisboa, 30 nov. 1898

Como literato e estudioso, Leal conseguiria angariar certa notoriedade intelectual, tanto que pertenceu a várias instituições culturais e científicas como a Sociedade de História Natural de Madri; a Sociedade de Geografia de Madri, a Sociedade de Geografia de Nova York, a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, a Sociedade de Geografia de Lisboa, a Sociedade Espanhola de História Natural, o Instituto Histórico de São Paulo e o Instituto Histórico da Bahia, a Arcádia Americana do Pará, o Grêmio Literário da Bahia, a Academia Literária do Real Instituto de Lisboa e a Sociedade dos Homens de Letras do Porto (BLAKE, 1900, v. 6, p. 339-340; LEAL, 1904, p. 1; PEREIRA & RODRIGUES, 1909, p. 98; e SILVA, 1894, p. 131). Em torno de sua atuação, Oscar Leal intentou organizar um projeto de vida, com o qual angariasse o máximo possível de reconhecimento intelectual, daí ter organizado uma verdadeira rede de inter-relações com outros escritores, notadamente no circuito Brasil-Portugal, utilizando-se significativamente da imprensa para a realização de tal intento.

Odontólogo, naturalista, contista, cronista, poeta, periodista, conferencista, Oscar Leal buscou dar um caráter múltiplo em sua ação profissional/intelectual. A essas atribuições intentou realizar outra, a de editor jornalístico. Não é para menos que ao longo de suas tantas jornadas pelo Brasil e em Portugal manteve várias propostas de edição de periódicos. Nesse sentido, fundou e dirigiu o *Dentista*, publicado em Goiás e Uberaba; a *Tesoura*, na Bahia; o *Bragantino*, no Pará; o *Boêmio*, em São Paulo; o *Correio dos Clubes* e o *Popular*, no Rio de Janeiro; a *Antessala*, em Lisboa; o *Viajante*, em Corumbá; e o *Tributo às Letras*, em Cuiabá (TRIBUTO ÀS LETRAS. Cuiabá, 16 out. 1891, a. 1, n. 1, p. 1). Assim, ao

lado dos tantos livros que publicou e das inúmeras colaborações na imprensa que redigiu, Leal dedicou-se à organização de jornais, que, como os próprios títulos indicavam, relacionavam-se com suas predileções e com seus projetos de vida, tais como a profissão de dentista, os prazeres da vida noturna, a literatura e a vocação para viajante. Um dos pontos altos da ação de Oscar Leal como editor deu-se através de *A Madrugada*, folha ilustrada e literária publicada em Lisboa, entre 1894 e 1896. Mais tarde, Leal teria outra experiência como editor, fazendo circular a *Revista de Lisboa*, entre 1901 e 1908, não de forma ininterrupta, da mesma natureza que a anterior.

A época em que circulou *A Madrugada*, ao final dos Oitocentos, correspondeu a uma etapa de expansão do jornalismo português. Nessa linha, a nação lusa não deixou de contar com um periodismo significativamente desenvolvido em patamares que envolveram alcances e limites, progressos e defasagens, escassez de recursos e aprimoramentos gráficos e editoriais, que a colocariam em condições de apresentar jornais compatíveis com o desenvolvimento da imprensa em termos mundiais. De acordo com tal perspectiva, o jornalismo lusitano evoluiria calcado em modelos externos, mas não deixando de também apresentar determinadas peculiaridades em relação à realidade de outras nações. Essa característica advinha da existência de padrões “de comunicação intermutáveis entre os diferentes países ou áreas geográficas”, levando em conta os momentos em que foi verificado “algum progresso significativo, tanto no terreno da liberdade de expressão como em nível da técnica, da difusão ou de outras questões especificamente jornalísticas”.

Assim, “a especificidade de cada país ou área cultural ou linguística” viria também a estabelecer “algumas diferenças significativas na evolução da história do jornalismo desses países ou áreas”, a partir de “traços comuns, certamente com ‘empréstimos’ de um país a outro, mas com uma especificidade intrínseca” em cada um deles (QUINTERO, 1996, p. 11).

Nesse sentido, o jornalismo luso, após as agitações bélicas e revolucionárias das primeiras décadas do século XIX iria se afirmar constantemente e, notadamente a partir da segunda metade de tal centúria, passaria por uma de suas etapas de maior progresso. Desse modo, a imprensa aparecia como “a representação tangível do raiar de uma instituição revolucionária nos domínios da inteligência, a qual viria concitar a atenção de todas as curiosidades e atrair e seduzir as penas de todos os escritores”. Além disso, “com o rodar dos anos”, ela se converteria “num instrumento novo de primacial importância no intercâmbio e na reciprocidade das relações do espírito, como nas de trato ou interesse meramente utilitário” (CUNHA, 1942, p. 23). Assim, durante os Oitocentos, os jornais tiveram “um desenvolvimento assombroso”, de maneira que “política, ciência, artes, questões sociais, tudo” eles invadiram, “tornando-se um dos veículos mais poderosos do progresso mundial” (REMÉDIOS, 1930, 545). A relevância dos periódicos vinha ao encontro da premissa pela qual “o jornal não matava a fome do leitor, porque a mantinha acesa para o número seguinte”, além disso, “a sua duração não era como a dos livros”, ou seja, “repousada, longa e sapiente”, e sim existia “à desfilada, de dia para dia, aos saltos de povo para povo, de continente para continente, sem

possibilidade de envelhecer”, e, apesar das intempéries, escapando “às guerras, às pestes e aos sismos”, e mantendo sua força viva junto à comunidade na qual circulava (MANSO, 1942, p. 10).

De acordo com tal tendência de avanços, a imprensa portuguesa teria nos últimos decênios do século XIX uma etapa de vigor e expansão quantitativa e qualitativa. Ocorreria então um “movimento extraordinário” e um “desenvolvimento maravilhoso” no seio do periodismo lusitano e, apesar da população ser mais reduzida, se comparada a outras nações, e de Portugal ficar “atrás de muitos países no que se referia a vários outros elementos do progresso da civilização europeia”, no que tange às atividades jornalísticas, poderia ser colocado “ao nível das nações mais civilizadas da Europa” (ARANHA, 1900. p. 5 e 47). Havia então “uma verdadeira febre de jornais”, pelos quais estavam “representados não só os grupos políticos” em que aparecia dividida a sociedade portuguesa, “do mais conservador, ao mais avançado e radical, mas também os principais ramos da ciência, da literatura e da indústria”, dos quais “em quase todas as cidades”, havia “uma representação de destaque” (ARANHA, 1894, p. 12-13).

Os avanços do jornalismo luso nas décadas finais do século XIX foram além da própria expansão quantitativa, havendo também melhoramentos qualitativos, expressos tanto no aprimoramento tecnológico da impressão, como também através da qualidade gráfica das páginas impressas. Os progressos se davam também no campo editorial e redatorial, ainda mais a partir do refinamento cultural dos escritores públicos, com a constante participação de

representantes da intelectualidade em meio às lides jornalísticas. Nesse contexto, muitos dos “grandes nomes” das letras e do pensamento lusitano colaboraram “assiduamente na imprensa periódica”, fazendo com “que o nível geral do jornalismo” subisse “consideravelmente e os periódicos, além de melhor apresentação gráfica”, fossem “redigidos corretamente e num estilo cada vez mais individualizado” (TENGARRINHA, 1989, p. 160). Constituíam-se, assim, uma “nova fase da imprensa” que passou a contar “com a participação nos jornais dos mais prestigiados intelectuais portugueses”, ao contrário do que acontecera nas etapas iniciais de tal periodismo (RODRÍGUEZ, 1996, p. 360). Era uma época em que escrever em periódicos constituía “uma ocupação reservada quer a literatos, quer a políticos, que entendiam os jornais e as revistas como espaços públicos de opinião”, de maneira que, “escrever nos jornais era uma forma de afirmação de uma autoridade, um modo de publicar ideias, de divulgar obras”, ou ainda, “de defender ideologias, de travar polêmicas diversas, enfim, de participar ativamente na construção da esfera pública” (PEIXINHO, 2010, p. 427).

Além disso, desde a segunda metade dos Oitocentos e mais acentuadamente nos decênios finais da centúria, se daria o predomínio de uma nova fase organizacional, com significativa mudança no sentido editorial da imprensa portuguesa. Passava então a predominar “uma imprensa consideravelmente imbuída pela notícia em oposição à anterior hegemonia da imprensa de opinião”, de modo que a informação passava a ser “a principal preocupação e objetivo”, dando-se “a gênese da imprensa contemporânea”, a qual transportava “de imediato à polêmica sobre o conteúdo da informação, à

sua verdade ou à sua manipulação” (ALVES, 2005. p. 164). Dava-se, assim, uma inversão entre “o antigo jornalismo” o qual foi “um agente de propaganda, uma arma de combate” e “o novo jornalismo” que se tornou, “ao mesmo tempo, uma indústria com importantes capitais empregados e o uso de meios mecânicos consideráveis” (CUNHA, 1898, p. 7).

Dessa maneira, ficavam estabelecidas no país “as condições propícias à transformação industrial da imprensa”, por meio de um periodismo “predominantemente *noticioso*”, o qual se opunha à imprensa dominada pela “*opinião*”, em um contexto no qual “estava lançada a trave mestra do jornalismo contemporâneo”, que tinha a informação como a sua maior meta. Tal mudança devia-se à “necessidade de encontrar um público mais largo” que fazia com que o periódico procurasse “manter uma atitude imparcialmente objetiva, dirigindo-se assim *a todos* e não a um grupo de leitores ideologicamente afim”, que, por sua vez, seria “necessariamente muito mais restrito”. De acordo com tal perspectiva, o que “interessava era vender o mais possível, sacrificando tudo a isso”, de modo que a publicação também passava a constituir “uma *mercadoria*”, embora fosse um produto “essencialmente transitório, apenas com valor durante algumas horas”. Ainda assim, mesmo aquele jornal que se afirmasse “exclusivamente *noticioso*”, também poderia ter “uma posição mais ou menos visível”, com a qual o leitor poderia ou não concordar, de forma que, “embora surgindo, cada vez em maior número e com maior projeção”, periódicos “exclusiva e preponderantemente *noticiosos*, continuavam a aparecer importantes jornais de *opinião*”, ou ainda, “simultaneamente de informação e

opinião". Nesse sentido, "ao lado dos jornais puramente noticiosos, continuavam a existir, ou até a aumentar em número e importância, os de caráter político e as publicações de todas as espécies" (TENGARRINHA, 1989, p. 213, 215, 219-220, 222 e 231), acentuando-se uma especialização das atividades jornalísticas (ALVES, 2017, v. 1, p. 61-66).

Em tal contexto, as publicações ilustradas caíram no gosto do público, ainda mais nas derradeiras décadas do século XIX. A presença de periódicos ilustrados também servia como um dos fatores para demonstrar os avanços do periodismo luso em relação a outros países com atividades jornalísticas amplamente desenvolvidas. Além disso, "a ilustração não só embelezava o texto, tornando-o mais atrativo, mas também ajudava à sua compreensão, identificando melhor o leitor com o fato descrito". Tal perspectiva "tornou-se sobretudo mais evidente com a larga divulgação dos 'jornais populares'", destinados a um "público mais amplo", uma vez que, "reconhecia-se que a imprensa muito ilustrada de caráter popular permitia mais facilmente transmitir mensagem" até para os "menos letrados que tinham dificuldades de leitura ou mesmo eram analfabetos" (TENGARRINHA, 2013, p. 865-866).

Em muitos casos, a imprensa ilustrada encontrava-se com a literatura, dando ênfase aos propósitos de expansão da cultura, difusão da leitura e divulgação de criações literárias. Muitos escritores, desde os iniciantes até os mais renomados, encontravam na imprensa ilustrada-literária um elemento propulsor de sua obra. *A Madrugada* esteve plenamente vinculada com tais tendências, promovendo por meio do texto e da gravura um mútuo

conhecimento entre as realidades culturais lusa e brasileira. Sob a direção de Oscar Leal, circulou entre outubro de 1894 e dezembro de 1896, contando com quatro páginas e o tamanho de 46 centímetros (RAFAEL & SANTOS, 2002, v. 2, p. 82).

A *Madrugada* constituiu uma das culminâncias do projeto cultural de Oscar Leal, no sentido da consolidação de seu reconhecimento como intelectual. Nessa linha, tal revista caracterizou-se por ser praticamente uma execução unipessoal do escritor que, além de dirigi-la foi o seu mais importante redator. A execução e redação da folha giravam em torno do próprio Leal, de modo que as diversas seções apresentavam textos de sua lavra, ou traziam interseções com as suas próprias atividades. Desse modo, por meio da *Madrugada*, Leal afirmou seus contatos e mesmo relações mais intrínsecas com a intelectualidade de então, o que trazia por repercussão uma ainda mais acentuada notoriedade para o diretor da revista e, conseqüentemente, sua incorporação definitiva no rol dos homens de letras de sua época, tanto no contexto português, quanto no brasileiro.

A folha literária e ilustrada apresentava em seu frontispício o dístico “Revista noticiosa, crítica, literária, biográfica e bibliográfica”, revelando a proposta bastante ampla de seu norte editorial. O diretor era Oscar Leal, aparecendo ainda F. Palmerim, como administrador até a edição de agosto de 1895. A folha anunciava também que sua redação seria “composta dos melhores escritores portugueses”. Tinha uma proposta de circulação mensal, mas houve várias interrupções na sua edição, de modo que foi publicado um total de

quatorze números, referentes a outubro, novembro e dezembro de 1894; em janeiro de 1895 houve uma falha na edição, que prosseguiu em fevereiro do mesmo ano, ocorrendo nova interrupção em abril, retornando em maio e junho de 1895, ocorrendo outra interrupção em julho, para retomar em agosto, setembro, outubro e dezembro de 1895, com mais uma falha em novembro de tal ano. O último ano de edição foi o mais irregular, havendo publicações apenas nos meses de janeiro, março, setembro e dezembro de 1896, com interrupções em fevereiro, abril, maio, junho, julho, agosto, outubro e novembro do mesmo ano.

No “Número programa” de outubro de 1894, não foi apresentado o local de impressão, a qual passou a ocorrer da edição de novembro de 1894 estendendo-se até junho de 1895, na Tipografia Minerva Central. Posteriormente o periódico passou a ser impresso, desde o número de agosto de 1895, até o derradeiro, de dezembro de 1896, na Tipografia da Empresa Literária e Tipográfica. As assinaturas, desde a primeira edição até a de outubro de 1895, custava para o Brasil: ano ou uma série – 10\$000 francos; e semestre ou meia série – 5\$000 francos; e, para Ilhas e Ultramar: ano ou uma série – 1\$500; e semestre ou meia série – \$800. Tal custo foi reduzido, visando à ampliação do quadro de leitores no contexto brasileiro, de modo que, entre dezembro de 1895 e março de 1896, a assinatura passou a ser na ordem de 5\$000 francos por ano, para o Brasil; e, para Ilhas e Ultramar, um ano ou uma série custava 1\$500, e um semestre ou meia série, 1\$000. Finalmente, da edição de setembro de 1896 em diante, o valor da assinatura anual para o Brasil voltou a custar 10\$000 francos, permanecendo para

Ilhas e Ultramar, 1\$500 para o ano ou série, e 1\$000 para o semestre ou meia série.

As edições da *Madrugada* foram inicialmente marcadas por “ano”, “série” e “número”. A colocação do “número” só durou nas quatro primeiras edições, de outubro de 1894 a fevereiro de 1895, quando tal classificação foi suprimida. O “ano I” circunscreveu-se às edições de 1894, ou seja da primeira à quarta; iniciando-se o “ano II” em fevereiro de 1895, perdurando até dezembro de 1895; ao passo que o “ano III” compreendeu as quatro últimas edições de 1896, correspondentes aos meses de janeiro, março, setembro e dezembro. Já no que se refere às “séries”, a 1ª foi de outubro de 1894 a fevereiro de 1895; a 2ª, de maio a setembro de 1895; a 3ª, de outubro de 1895 a março de 1896; e a 4ª, de setembro a dezembro de 1896. A partir da edição de 18 de setembro, foi acrescentada ao frontispício a inscrição “publicação mensal”, a qual permaneceu até a edição de março de 1896. Da edição de outubro de 1895 em diante ocorreria novo acréscimo ao cabeçalho, com a informação “publicação mensal – tiragem 5.000 exemplares”. Ainda houve nova alteração no frontispício a partir da edição de janeiro de 1896, aparecendo o informe “edição especial para o Brasil e Ultramar”. Tais dados eram relevantes, pois traduziam uma tiragem bastante expressiva para os padrões da época, ainda mais no que tange àquele gênero jornalístico; bem como o destino específico para “Brasil e Ultramar”, revelava as áreas de preferência quanto ao público-alvo.

MADRUGADA

Revista noticiosa, critica, litteraria, biographica e bibliographica

DIRECTOR—OSCAR LEAL

N.º 3

Lisboa 27 de Dezembro de 1894

ANNO I

ASSIGNATURA — BRAZIL
Anno, em uma serie, réis (fracos) 10.000
Seis meses em meia serie, réis 5.000
Eas notas em em sellos remetidos dentro de
carta registrada ao director d'esta folha.

Adm.— F. PALMEIRIM
Redacção composta dos melhores escriptores portuguezes

ASSIGNATURA — ILHAS E ULTIMAMAR
Anno, em uma serie, réis 1.500
Seis meses, em meia serie, réis 800

EXPEDIENTE

As pessoas residentes no Brazil que receberem annua o presente numero da *Madrugada*, e desejarem continuar a receber os seguintes, para serem consideradas assignadas, deverão remetternos em carta pelo correio, a quantia de dez mil réis (fracos) importancia correspondente a uma serie, um anno, ou cinco mil réis por meia serie. A remessa póde ser feita em notas em sellos do thronno ou em sellos do correio (novos) do Brazil de resto de carta ou vale do correio.

Esta empresa encarrega-se de biographias de pessoas notaveis e pede aos amigos do Brazil o seu valioso concurso, a fim de tornar cada vez mais interessante esta publicação, que continuará a ser illustrada com gravuras de Pastor.

N'estas condições considera a direcção como meio mais proficuo e consoante ao seu patriotico intento, o estabelecimento das relações directas, evitando a nomeação de correspondentes nos diferentes estados do Brazil.

Toda a correspondencia deve ser endereçada para o Correio Geral n.º 222—Lisboa.

João de Deus

Es o bohemio descuidado e leviano transformado no homem pensador, espirito disciplinado pela reflexo e estudo, amadurecido pela desventura, purificado pelo trabalho.

E impetuosamente, uma das phisionomias mais sympathicas e proximinas da moderna geração dos litteratos portuguezes, impondo-se irresistivelmente á nossa admiração, á nossa alma, ao nosso sentimento.

Quem o conhece na sala armada de Camera, arrestando uma existencia incoherente e desordenada, nunca poderia ter pensado que elle, apesar do seu talento, das suas notaveis aptidões intellectuaes, do seu genio poetico, fosse capaz um dia de prestar á sociedade portugueza um serviço de tanto valor e alcance, como o de abrir novos e rasilios horizontes no ensino primario.

O seu grande espirito concebeu e produziu uma obra admiravel, de formidissimos resultados, que encheu de luz tantos cerebros obscurecidos e d'esperança tantas almas abatidas.

Com a sua *Cartilha Maternal*, conquistou um dos primeiros logares entre os homens mais notaveis do seu tempo, e conquistou, sobredito, a gratidão das mães.

Mas não é sob tal aspecto que n'este livro pretendemos estudar João de Deus. Queremos fallar do poeta, do grande lyrico que enriqueceu a litteratura portugueza com versos do mais fino ouro, genuinos interpretes do sentimento, em todas as suas phases e manifestações, espontaneos e crystallinos como os gorgoros do rouxinol.

Os seus primeiros trabalhos poeticos não foram tímidos ensaios,—participavam já dos vãos da aguda, librande-se ás maiores alturas.

Denunciaram logo a existencia d'um poeta de raça, d'uma natureza privilegiada, que sabe fazer magistralmente todas as notas do sentimento humano e traduzir, sem o menor esforço, ou artificio, todos os seus pensamentos, todos os seus desejos, todas as suas aspirações.

O verso sabe-lhe espontaneo, e teve sempre o grande merecimento de não sacrificar a idéa á forma, de apagar o pensamento na metrificacão.

A cada passo vamos descobrindo nas suas producções novas bellezas, novos encantos: é musica que nunca enfadista, falam constantemente ao ouvido e á alma, e em todos os tempos láo-lhe ser apreciadas, sejam quaes forem as transformações porque tenha de passar a poesia em Portugal.



ALBERTO PIMENTEL

Escolheu de preferencia para os seus cantos, para os seus hymnos, para *os seus quadros*, o que ha de mais terno, mimoso e puro no mundo do sentimento.

Ahi temos o homem revelado. Não forçou o temperamento, as tendencias moraes para produzir a sua obra. E' nisto que consiste o seu principal merecimento.

O poeta, o escriptor, o orador, que não escrevem ou dizem o que sentem, podem seduzir a imaginação, mas não commovent. A verdadeira eloquencia está no sentimento.

O grande defeito de muitos litteratos modernos é escreverem o que não sentem. Todos os seus esforços limitam-se á forma, ao *estyl*, á phrase retumbante, vasia como os seus cerebros.

.....
A poesia de João de Deus tem um cubro de melancholia poetica, mas sentida.

João de Deus e do seu natural triste: tem a im-

pressão da realidade das coisas. As mais selectoras, as mais brilhantes, as mais *de raso*, são, no fundo, no amago, pungentes desillusões.

A sua alma volve-se uma vez por outra para o mysticismo: é uma necessidade de sua organisação impressionavel. Fatigado das coisas terrenas, que o enristecem e deprimem, silta para cima, para o vago, para o desconhecido e, por momentos, tem fé no quer que seja que não pertence ao mundo da materia. Canta e exalta como ninguém, a formosura, a pureza, as virtudes da Virgem. Conagra-lhe as melhores melodias da sua lyra fecunda. Tem a creença n'outra vida, n'um mundo melhor do que este, em que a cada passo topamos com um infortunio irremediavel, com desespero, enormes, com decepções crudelissimas.

A poesia a *Vida* é como um desalado do seu coração dorido. E' uma das paginas mais bellas, commoventes e verdadeiras da sua grande obra d'inspiração.

A's vezes tem ironias finissimas, não serão lagrimas disfarçadas? O sorriso, muitas vezes, é uma firma especialissima da dor: rise para distrahir a alma d'uma grande tristeza.

O lyrismo em Portugal nunca atingiu maior grau d'esplendor, senão quando se revelou João de Deus.

CYRILCO DE NOBREIA.

O Progresso

Os povos caminham, não ha obstaculo que lhes empegam a marcha, não ha força que os obrigue a parar. O sol, que em nevoeiro serrado e sombrio nos escurdeira hontem, apparece hoje radiante e formoso, illuminando com a sua luz vivificadora os campos da pelega.

Que não já os seculos para esta rapida carreira da humanidade? Que é uma ideia para occupar todo o globo?

Offuscados por uma luz tão viva, turbados com demonstrações tão claras, os poderosos da terra approximam-se d'essa lava candente, que se abre melindosa para os sorver.

Um anno já basta para annunciar um novo principio, para aliviar corporações, para destruir um absurdo, para riscar uma iniquidade.

Neste jogo de principios, n'esta effervescencia de crenças, n'este tumulto de paixões ha uma força irresistivel que nos conduz, que nos arrasta—mas forte que o homem, mais prompta que o pensamento, impellem-nos na senda que trilhamos até adarear o que tinhamos por indifinivel.

Se n algumas d'essas horas de repouso, em que a humanidade para, para crear novas forças, olhamos para o passado, que admiracão não sentimos pelos trabalhos que entras gerações nos têm legado, que respeito não consagramos a esses homens que á força de de-

Uma estratégia de venda utilizada em larga escala naquela segunda metade do século XIX foi também empregada pela administração de *A Madrugada*, a qual informava que “as pessoas residentes no Brasil que receberem o presente número de *A Madrugada*”, e desejassem “continuar a receber os seguintes, para serem considerados assinantes”, deveriam remeter “em carta pelo correio, a quantia de dez mil réis (fracos), importância correspondente a uma série, um ano, ou cinco mil réis por meia série”. Era destacado ainda que tal remessa poderia “ser feita em notas ou cédulas do tesouro ou em selos do correio (novos) do Brasil ou vale postal”. No primeiro expediente editado, ficava firmado que a empresa encarregava-se “de biografias de pessoas notáveis, vindo a pedir “aos amigos do Brasil o seu valioso concurso, a fim de tornar cada vez mais interessante esta publicação”, que seria “ilustrada com gravuras de Pastor”, referindo-se ao ilustrador F. Pastor, responsável pela edição do *Almanaque Ilustrado* e parceiro de Leal desde a década de 1880 (A MADRUGADA. Lisboa, 28 out. 1894, a. 1, série 1, n. 1, p. 1).

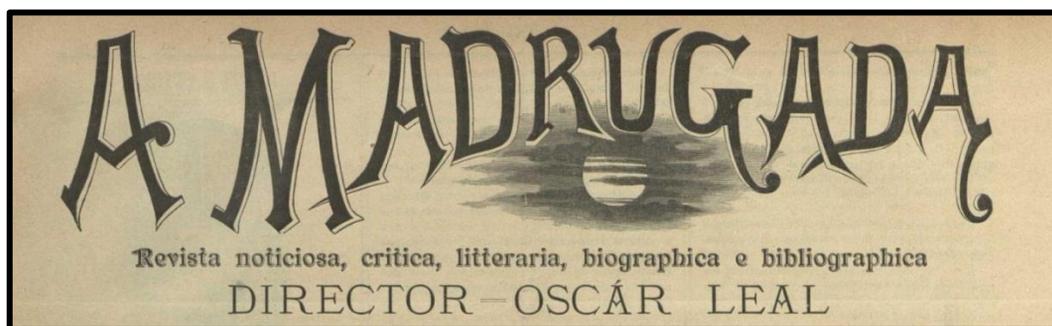
Buscando ampliar ao máximo a distribuição no quadro brasileiro, a empresa anunciava que contava com “colaboradores-correspondentes no Brasil” os quais se espalhavam pelas diversas regiões, norte, sul, sudeste, centro-oeste e nordeste, estendendo-se até mesmo ao Peru, não por acaso demarcando lugares que contaram com a presença de Oscar Leal durante suas tantas excursões. Nessa linha, os “colaboradores-correspondentes” eram: Estevam de Mendonça – Mato Grosso; Alberto Rodrigues – Rio Grande do Sul; Arthur

Goulart, Carlos Ferreira, Lafaiete Toledo, Furtado Filho e Alberto Veiga – S. Paulo; Luiz Monteiro – Goiás; Dr. Salazar Pessoa e Dr. Alfredo Fleury – Minas; Augusto Cardoso e João Barbosa – Rio de Janeiro; Arthur de Albuquerque – Pernambuco; Sérvulo Juaçaba e Dr. Aurélio Lavor – Ceará; Luiz Pinheiro e Dr. Oscar Galvão – Maranhão; Cônego Ulisses Pennafort – Pará; e Dr. Benjamin Graça – Iquitos (A MADRUGADA. Lisboa, 28 out. 1894, a. 1, série 1, n. 1, p. 1). Um outro país sul-americano viria a somar-se a tal listagem, com mais um “colaborador-correspondente”, Dr. Rafael Calzada – Buenos Aires (A MADRUGADA. Lisboa, 18 nov. 1894, a. 1, série 1, n. 2, p. 1). Tais interfaces permitiam amplo intercâmbio, o que ficava demarcado a partir de aviso segundo o qual “os primeiros números desta folha” poderiam ser “encontrados à venda a 400 réis o exemplar”, nas seguintes localidades: Manaus – na livraria de Silva Gomes; Pará – Gomes & Sousa; Maranhão – Ramos de Almeida & Cia.; Ceará – Joaquim José de Oliveira; Pernambuco – Ramiro Costa & Cia.; Maceió – Francino & Filho; Bahia – Catilina & Cia.; Rio de Janeiro – Lopes do Couto & Cia. Rua da Quitanda, 24; Rio Grande do Sul – Carlos Pinto & Cia.; Uberaba – Tobias Rosa; e Santos – A. Devesa & Cia. (A MADRUGADA. Lisboa, 28 out. 1894, a. 1, série 1, n. 1, p. 4).

Além da informação do cabeçalho sobre a redação da *Madrugada* ser composta “dos melhores escritores portugueses”, que permaneceu ao longo de todos os números, a partir da edição de setembro de 1896, no “Expediente”, aparecia: “Redatores e colaboradores – D. Guiomar Torresão, Aluízio de Azevedo, Júlio Brandão, Diogo Soromenho, Fialho de Almeida, Luiz Guimarães Filho,

Heliodoro Salgado, Guerra Junqueiro, Teixeira Bastos, Gomes Leal, etc.". Mas o rol de escritores presentes nas páginas de *A Madrugada* foi bem mais amplo, de modo que através de seus quatorze números, foram editados extratos ou colaboraram nomes menos ou mais conhecidos e/ou notáveis, em meio ao mundo intelectual brasileiro-lusitano, entre os quais: Arthur Goulart, Heráclio P. Placer, Fernandes Costa, J. A. Pimenta, Ramalho Ortigão, Guerra Junqueiro, Antero de Quental, Cláudia Campos, Teófilo Braga, Cyriaco de Nóbrega, Gomes Leal, Luiz Pinto Coelho, Maria Amália Vaz de Carvalho, Demóstenes de Olinda, Guiomar Torresão, Fernando Caldeira, Valentim Magalhães, Thomaz Ribeiro, Ulisses Pennafort, João de Deus, Olavo Bilac, Thargélia Barreto, Manoel Lobato, Raimundo Corrêa, Bulhão Pato, Bento Ernesto Júnior, Luiz Guimarães Filho, Casimiro Dantas, David Bensabat, Lourenço da Fonseca, Eça de Queiroz, Wenceslau de Queiroz, Albertina Paraíso, Ernesto Paula-Santos, Augusto Ribeiro, Júlio Brandão, Heliodoro Salgado, Lopes Carqueja, Alberto Pimentel, F. Clotilde, Aquiles Porto Alegre, Brito Aranha, M. P. Ferreira Júnior, José Pereira de Sampaio Bruno, Padre Correia de Almeida, Guimarães Passos, Ernesto Santos, Horácio Nunes, Garcia Redondo, Teófilo Dias, Luiz Monteiro, Raul Pompeia, Teixeira Bastos, W. Battenberg, Machado de Assis, Gonçalves Cerejeira, Luiz Pistarini, Martinho Rodrigues, Euclides Dias, Rodrigues de Carvalho, Manoel Arão, Tito Litho, Lafaiete Silva, Álvaro Pinheiro, Guilherme Gama, João Chagas, Trindade Coelho, Francisco Cepeda, Alice Moderno, Lindolfo Gomes e Júlio de Lemos.

Apesar desse amplo elenco de colaboradores, Oscar Leal foi a maior presença nas páginas de *A Madrugada*, de modo que seus textos se distribuíram ao longo de todas as edições do periódico. Assinando com o próprio nome ou como “A Direção”, Leal foi o responsável pelas matérias de natureza editorial da publicação ilustrada e literária, reforçando o caráter essencialmente unipessoal da revista. Na posição do “programa” ou da “apresentação”, embora não tivesse tais títulos, limitando-se a enunciar a data – “Lisboa, 28 de outubro de 1894”, aparecia um texto, no qual o diretor dizia assumir aquela “ádua missão”, apesar dos “dissabores” que dela poderiam advir. Anunciava que iria mais uma vez adentrar a “cultura das letras”, entrando novamente nesse “grande meio”, em referência às suas iniciativas anteriores na edição de jornais. Dizia acreditar em uma boa recepção, saudava a liberdade de imprensa e justificativa o título da folha, como uma alusão ao horário preferencial dos escritores para se dedicarem à sua faina, aparecendo no frontispício a imagem de uma “madrugada”, com a lua encoberta por nuvens negras, na forma de uma espécie de alegoria (A MADRUGADA. Lisboa, 28 out. 1894, a. 1, série 1, n. 1, p. 1).



Por ocasião da passagem do primeiro ano de existência da folha, foi publicado o editorial “O nosso aniversário”, no qual Oscar Leal se dizia “animado a progredir” naquela “ádua tarefa”, mormente a partir do “acolhimento lisonjeiro” que a revista estaria a receber. Indo de encontro à própria estrutura editorial em que vinha se estabelecendo a folha, o diretor dizia que aquele projeto não era movido pela “ vaidade ” e sim pela intenção de “ popularizar ” os literatos e suas obras. Leal buscava garantir a continuidade daquele empreendimento jornalístico, prosseguindo na sustentação de suas “ aspirações e ideais ”, bem como prometia uma batalha incansável contra aqueles “ que profanam e bastardeiam o jornalismo ” (A MADRUGADA. Lisboa, out. 1895, a. 2, série 3, p. 1).

Sempre preocupado com a recepção que os vários livros que lançou recebiam, sendo-lhe muitas vezes realizadas apreciações elogiosas e, em outras, críticas que iam das leves às mais contundentes, Oscar Leal não perderia a oportunidade de também utilizar as páginas de *A Madruga da* para realizar o mesmo tipo de ação. Ao cada vez mais inserir-se no rol dos homens de letras, Leal ainda utilizava tal segmento para promover o intenso intercâmbio com colegas, apreciando as obras de alguns de seus parceiros mais próximos. Por outro lado, Oscar Leal deixou-se marcar profundamente pelas críticas que recebera, notadamente oriundas do Brasil, de maneira que ele usou pragmaticamente seu periódico literário-ilustrado para dar o troco, retribuindo as avaliações negativas. Nesse sentido, o diretor do jornal chegou a aparecer como um verdadeiro crítico dos críticos.

As insatisfações de Oscar Leal para com as críticas recebidas, principalmente as originadas do jornalismo brasileiro, apareciam em matérias como “Questões literárias”, na qual censurava acicamente aquilo que denominava de “egoísmo literário”, dizendo que isso seria uma marca no mundo literário brasileiro, o qual estaria a levar a aniquilação precoce de muitas carreiras (A MADRUGADA. Lisboa, 13 fev. 1895, a. 2, série 1, n. 4, p. 1-2). Em “Literatura brasileira”, Leal retomava um assunto sobre o qual debateu por mais de uma década, criticando o pouco espaço que a produção literária brasileira poderia contar na conjuntura portuguesa. Tal perspectiva vinha plenamente ao encontro da proposta editorial de *A Madrugada*, tanto que a matéria era assinada pela “Direção”, dando uma ideia da perspectiva editorial com a qual o tema era tratado (A MADRUGADA. Lisboa, 4 ago. 1895, a. 2, série 2, p. 1).

A impossibilidade de um indivíduo sobreviver unicamente como literato era a temática de “Literatos e...”, apontando para o corriqueiro fato de que muitos homens de letras sobreviviam a partir da execução de outras profissões. Muitas das críticas lançadas contra Leal fizeram questão de dizer que ele deveria dedicar-se apenas à odontologia, deixando de lado as letras e era também contra isso que ele retrucava. O artigo não chegava a ser assinado, mas eram tantas as referências aos odontólogos, que ficava evidente a sua autoria, tanto que ele concluía que não seria de “admirar que sendo o dentista moderno um homem de ciência”, pudesse ser “também literato ou faça por melhor instruir-se tanto nas letras como nas artes” (A MADRUGADA. Lisboa, 18 set. 1895, a. 2, série 2, p. 1). O passado de Oscar Leal voltava a falar mais alto no texto “Crítica literária”, no

qual ele retomava o papel de crítico dos críticos, sentenciando que, em verdade, haveria uma “falta de verdadeiros críticos”. Em outra perspectiva, refletia que até mesmo a “crítica violenta”, poderia oportunizar o aprimoramento de “qualidades de espírito e de caráter” (A MADRUGADA. Lisboa, dez. 1895, a. 2, série 3, p. 1).

Em coluna denominada “Movimento Literário”, Leal, além de realizar a análise de periódicos e livros, apreciando-os mais detidamente, debateu questões em torno da renovação literária. Ele fazia uma analogia entre a mudança da forma de governo ocorrida no Brasil em 1889, e as transformações que também poderiam ocorrer no campo literário, argumentando que, se caíram “os medalhões do império”, o mesmo poderia ocorrer com os “medalhões literários”. Ele aplaudia “a guerra ao convencionalismo” e saudava a ação daqueles que trabalhavam “pela renovação literária do Brasil”. Além disso, ressaltava o papel das seções bibliográficas nas publicações periódicas, como um dos excelentes caminhos para aprimorar o “conhecimento dos progressos intelectuais de um povo” (A MADRUGADA. Lisboa, mar. 1896, a. 3, série 3, p. 3). Ainda quanto à crítica, algumas das tantas contradições manifestas por Oscar Leal nas seções destinadas a apreciações e críticas ficaram ainda mais evidenciadas no artigo “A notoriedade”, no qual ele censurava as vaidades no campo literário e pregava que a meta essencial de um escritor não deveria ser necessariamente a busca pelo reconhecimento. O diretor de *A Madrugada* acabava por revelar uma tremenda incongruência, tendo em vista que uma de

suas mais maiores ambições no mundo das letras era exatamente a busca constante pela notabilidade (A MADRUGADA. Lisboa, set. 1896, a. 3, série 4, p. 1).

Além das matérias editoriais e das críticas/apreciações literárias, Oscar Leal também fez uso das páginas de *A Madruga* para divulgação da produção literária de sua autoria. Em tais manifestações, houve grande predileção pelos textos em prosa, mormente pelo motivo que a maior parte das críticas que recebera no Brasil se voltara a avaliações negativas de suas criações de cunho poético. Também optou por realizar menos narrativas de viagem, de modo a diversificar suas composições dos últimos anos tão vinculadas a esse tipo de temática. Nesse sentido seus escritos foram os mais recorrentes nas páginas da revista literária e ilustrada, vindo a apresentar cinco contos (“Ao telefone”, “História de amor”, “Fantasia de Sanmoré”, “Noite de noivado” e “Lisboa... alta noite”); cinco crônicas (“No álbum de uma senhora”, “O Parteiro”, “O café”, “Pratos limpos” e uma outra sem título); dois poemas (“História simples” e “Reina”); duas biografias (“Cônego Ulisses Pennafort” e “Generoso Ponte”); e um relato de viagem (“O Pará”).

A seção de *A Madruga* reservada às notícias e à publicidade também revelavam claramente os propósitos da revista de, para além da divulgação literária, servir à promoção individual de seu diretor. No “Noticiário”, invariavelmente apareciam informes a respeito de Oscar Leal, trazendo assuntos ou temáticas correlacionadas com o escritor. Assim, eram incluídas em tal segmento do periódico: as suas viagens a outros países ou até mesmo à Madeira, para visitar a família, as quais eram destacadas quanto à ida e à volta;

os lançamentos de seus livros, revelando alguns detalhes das publicações e acompanhando as apreciações veiculadas junto à imprensa; a divulgação de suas palestras; o seu ingresso em entidades acadêmico-culturais e científicas; as matérias que destacavam elogiosamente a sua atuação como homem de letras; as suas participações como correspondente de periódicos; e até mesmo as querelas e polêmicas nas quais ele se envolvia, debatendo, nem sempre em bom nível, com outros escritores e jornalistas.

Mas o atendimento dessa seção noticiosa aos desígnios de Leal chegava a detalhes ínfimos, como na ocasião de ter-lhe sido negado o acesso à biblioteca de um museu brasileiro; ou da sua vida privada, como os encontros com literatos e artistas, com o cúmulo de chegar a ser divulgado o cardápio que os colegas usufruíram em uma dessas reuniões. *A Madrugada* envolveu-se ainda em uma grande discussão relacionada ao serviço de correios no Brasil, tendo em vista a falta da entrega de uma encomenda destinada a Oscar Leal, que acusava o funcionário responsável de negligência ou mesmo de conivência com um possível delito que teria sido cometido. Era um tema que não trazia qualquer interesse de ordem literária ou mesmo que tivesse algum vínculo com o norte editorial do periódico, mas se fazia presente em suas páginas, unicamente por representar um negócio do editor. Nessa linha, o tema ocupou três edições da revista, chegando a envolver uma réplica publicada junto ao jornalismo brasileiro, e a tréplica que apareceu na própria *Madrugada*. Interessante a perspectiva de que a seção “Noticiário” supostamente seria escrita por um redator, que chegava a se referir ao “nosso amigo Oscar Leal”, mas as

entrelinhas e as formas de expressão revelavam a maior possibilidade de que era o próprio Leal quem estava por trás da lavra desses textos. Até mesmo os anúncios editados na *Madrugada* serviam amplamente para divulgar as obras publicadas por Leal e registrar os comentários positivos que sobre elas recaíam, chegando a aparecer um encarte com a propaganda ilustrada do livro *Viagem a um país de selvagens*, mesclando o retrato de Oscar Leal com algumas das gravuras que estampavam o volume.

Apesar de toda uma propalada receptividade e de um suposto acolhimento do público leitor divulgados pelo seu diretor, nem mesmo as campanhas promocionais e a redução no valor das assinaturas foram suficientes para a manutenção da folha. As constantes falhas e interrupções na circulação já davam indícios dos tantos obstáculos que se antepunham à boa sobrevivência da empresa, levando ao inevitável desaparecimento de *A Madrugada* em dezembro de 1896, pouco mais de dois anos depois de sua inauguração. Ainda assim, a revista atingiu uma de suas metas precípuas relacionada com a divulgação do nome e ampliação do reconhecimento de Oscar Leal, tanto que sua presença foi noticiada por vários representantes da imprensa portuguesa e pelo jornalismo brasileiro de quase todos os estados, e, em cada nota, o título do periódico era associado ao de seu diretor.

Mas, além da ação unipessoal e do projeto em busca de notoriedade de Oscar Leal, *A Madrugada* também serviu para uma reaproximação no campo literário entre o Brasil e Portugal, cujas relações estiveram estremecidas desde 1889, até a culminância com a ruptura diplomática, em 1894. Também teve um

papel importante nas interfaces culturais luso-brasileiras, uma vez que era distribuída em ambos os países, levando a um conhecimento mútuo de escritores das duas nacionalidades. Sua significativa tiragem e o forte intercâmbio, sendo distribuída em Portugal e na maioria dos estados brasileiros, possibilitou também a propagação da cultura literária e da ação de literatos no âmbito brasileiro-lusitano. Ainda que tenha servido aos desígnios individuais de Leal, *A Madrugada* não deixou de também representar uma ponte que estreitou as interações literárias dos dois lados do Oceano Atlântico.

Referências bibliográficas

ALVES, Francisco das Neves. *Visões espelhadas d'além-mar: a primeira década da República Brasileira sob o prisma da imprensa portuguesa*. Rio Grande: Editora da FURG, 2017. v. 2.

ALVES, José Augusto dos Santos. *O poder da comunicação*. Cruz Quebrada: Casa das Letras, 2005.

ARANHA, Pedro W. de Brito. *Rapport de la Section Portugaise – 1er. Congrès International de la Presse (1894 – Anvers)*. Lisboa: Imprimerie Universelle, 1894. p. 12-13.

ARANHA, Pedro W. de Brito. *Mouvement de la presse périodique em Portugal de 1894 a 1899*. Lisboa: Imprimerie Nationale, 1900.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899, v. 5 1900, v. 6.

CUNHA, Alfredo da. *La presse périodique en Portugal: bref mémoire présenté au cinquième congrès international de la presse à Lisbonne*. Lisboa: Imprimerie Universelle, 1898.

CUNHA, Alfredo da. *Periódicos e relações, periodistas e noticiaristas*. Lisboa: Ottosgráfica Ltda., 1942.

LEAL, Oscar. *Dentistas e "dentistas" – crítica (de luva calçada) ao folheto de Francisco Ortiz O Dentista Moderno*. Lisboa: Livraria Editora da Viúva Tavares Cardoso, 1904.

MANSO, Joaquim. *O jornalismo*. Lisboa: Ottosgráfica Ltda., 1942.

PEIXINHO, Ana Teresa. Escritores e jornalistas: um estudo de caso. In: RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (coord.). *Outros combates pela História*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010. p. 423-436.

PEREIRA, Esteves & RODRIGUES, Guilherme. *Portugal – dicionário histórico, corográfico, biográfico, bibliográfico, heráldico, numismático e artístico*. Lisboa: João Romano Torres & Cia. Editores, 1909. v. 4.

QUINTERO, Alejandro Pizarroso. O estudo da história da imprensa. In: QUINTERO, Alejandro Pizarroso (coord.). *História da imprensa*. Lisboa: Planeta Editora, 1996. p. 1-12.

RAFAEL, Gina Guedes & SANTOS, Manoela. *Jornais e revistas portuguesas do século XIX*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2002, v. 2

REMÉDIOS, Mendes dos. *História da literatura portuguesa*. 6.ed. Coimbra: Atlântida, 1930.

RODRÍGUEZ, Alberto Pena. História do jornalismo português. In: QUINTERO, Alejandro Pizarroso (coord.). *História da imprensa*. Lisboa: Planeta Editora, 1996. p. 351-396.

SILVA, Inocêncio Francisco da. *Dicionário bibliográfico português*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1894, t. 17.

TENGARRINHA, José M. *História da imprensa periódica portuguesa*. 2.ed. Lisboa: Editorial Caminho, 1989.

TENGARRINHA, José. *Nova história da imprensa portuguesa (das origens a 1865)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2013.



A Coleção Documentos tem por intento trazer ao público fontes manuscritas ou impressas, e ainda bibliográficas cujas edições estejam esgotadas ou se encontrem em difícil acesso. Seu fulcro são os documentos voltados à cultura em geral e, especificamente, aos fundamentos históricos e literários, com especial atenção às temáticas de cunho luso-brasileiro. Por meio desta Coleção, o CLEPUL e a Biblioteca Rio-Grandense unem forças para disponibilizar na rede mundial uma série de documentos que poderão fomentar pesquisas e/ou estimular a leitura de textos originais.



Coleção Documentos

A **Coleção Documentos** tem por intento trazer ao público fontes manuscritas ou impressas, e ainda bibliográficas cujas edições estejam esgotadas ou se encontrem em difícil acesso. Seu fulcro são os documentos voltados à cultura em geral e, especificamente, aos fundamentos históricos e literários, com especial atenção às temáticas de cunho luso-brasileiro. Por meio desta Coleção, o CLEPUL e a Biblioteca Rio-Grandense unem forças para disponibilizar na rede mundial uma série de documentos que poderão fomentar pesquisas e/ou estimular a leitura de textos originais.



edicoesbibliotecariograndense.com



9 786553 060586

ISBN: 978-65-5306-058-6